DIÁRIO OFICIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANO XXIII

Florianópolis, 30 de novembro de 1956

NÚMERO 5.748

GOVERNO DO ESTADO

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO N. 35

O Governador do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Artigo Único — Fica aprovado, para vigorar a partir da data de sua assinatura, o contrato celebrado entre o Estado e a Comissão de Energia Elétrica e a S.A.D.E. — Sul Americana de Eletrificação Sociedade Anônima (São Paulo).

Palácio do Governo, em Florianópolis, 28 de novembro de 1956.

JORGE LACERDA
Brasão Celestino de Oliveira

Térmo de contrato celebrado entre o Governo do Estado de Santa Catarina e a COMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA e a SADE — SUL AMERICANA de Eletrificação Sociedade Anônima (São Paulo), para o fornecimento e montagem de Equipamento necessário às Sub-Estações de Capoeiras e Jaraguá do Sul.

Aos 4 (quatro) dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e cinquenta e seis (1956) nesta Procuradoria Fiscal da Fazenda Estadual, localizada em uma das salas do 1º pavimento do Palácio das Secretarias, compareceram, de um lado, a SOCIEDADE ANÔNIMA SUL AMERICANA DE ELETRIFICAÇÃO (Sade), com sede na cidade de São Paulo, a rua Barão de Itapetinga n. 124, 9º Andar, neste ato representada, "ex-vi" de procuração lavrada no 16º Tabelião de Notas da cidade de São Paulo, às fls. 84 do Livro n. 302, pelo senhor Luigi Vitellio, italiano, casado, Engenheiro, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, à Rua Barão de Tatuí n. 250 — 3º andar — Apto. n. 32, e designada simplesmente "Contratante", uma vez que foi declarada vencedora da concorrência administrativa aberta pela Comissão de Energia Elétrica de Santa Catarina, tendo assim sido aceita sua proposta consubstanciada na S. 14/3543 de 5 (cinco) de maio de 1956, relativa ao fornecimento e montagem do equipamento, necessário para as subestações de Jaraguá do Sul e Capoeiras, e, de outro lado, o Governo do Estado de Santa Catarina, representado pelo senhor doutor Antônio Romeu Moreira, Procurador Fiscal do Estado, daqui por diante designado simplesmente "Governo do Estado", declarando ambas as partes contratantes vir assinar o presente termo de contrato, na conformidade das bases previamente aprovadas pelo excelentíssimo senhor Governador do Estado, e, que se subordinam às cláusulas seguintes:

CLÁUSULA Iª

A Contratante obriga-se a fornecer ao Governo do Estado o material necessário à inteira montagem das Subestações de Jaraguá do Sul e de Capoeiras, na conformidade das condições e exigências pré-fixadas pelo convite circular n. 2/56, de 18 de abril de 1956, expedido pela Comissão de Energia Elétrica do Estado de Santa Catarina, consubstanciada na proposta de Firma Contratante S. 14/3534, de 5 de maio de 1956, acompanhada de seus desenhos e prospectos, bem assim, na proposta complementar constante da S. 14/3785, de 15 de junho de 1956, e no seu telegrama de 2 de junho de 1956, que, ficam fazendo parte integrante do presente termo de contrato, e são para este efeito arquivadas nesta Procuradoria Fiscal.

CLÁUSULA IIª

Fornecimento: — Fica assegurado, pela Contratante que em seu fornecimento, ora contratado, tudo é incluído, para completar com perfeição a montagem da instalação aqui contratada, de modo a lhe permitir um eficiente seguro e controlado funcionamento. Executa-se apenas a construção das obras civis necessárias, e, ainda tudo o que foi na proposta expresso como excluído. O material aqui contratado é o seguinte: Para a subestação de Jaraguá do Sul: cinco para — raios de 46 KV, três transformadores de tensão, ligação entre fase terra 45.000/100 Volts, três voltímetros, graduação 0 — 30 KV, três fusíveis para os transformadores de tensão, uma proteção de máxima corrente, uma proteção diferencial, três transformadores de corrente 45.000 Volts, 100 — 50/5 Amperes, três transformadores de corrente 35.000 Volts, 150 — 75/5 Amperes, um disjuntor OCE — 60, tensão de serviço 45.000 Volts, capacidade de ruptura 600 MVA, comando manual e elétrico a distância em corrente alternada 380/220 Volts, 60 ciclos por segundo, em relé Buchholz, um termômetro de leitura direta com contatos de alarme, material de montagem completa dos aparelhos acima mencionados. Para a subestação de Capoeiras: um disjuntor OCE-60, tensão de serviço 45.000 Volts, capacidade de ruptura 600 MVA, comando manual e elétrico a distância em corrente alternada 380/220 Volts, 60 ciclos por segundo, um relé de máxima corrente, três transformadores de corrente 45.000 Volts 150 — 75/5 Amperes, doze para — raios 46.000 Volts, material de montagem de disjuntor e do relé de máxima corrente. As especificações do Edital e da proposta da Contratante não são limitativas, devendo o fornecimento abranger todos os aparelhos, acessórios e material necessários ao perfeito acabamento da montagem, e controlado funcionamento da instalação aqui contratada.

CLÁUSULA IIIª

Preços: — A importância total do fornecimento dos materiais referidos na cláusula segunda, será parte em dólares e parte em cruzeiros. A parcela em dólares será de US\$ 20.710,00 (vinte mil setecentos e dez dólares), correspondente ao preço firme do material devidamente embalado para transporte, marítimo FOB pórt de Gênova, na Itália. Todas as despesas de transporte de FOB Gênova até o lugar da instalação, ficam a cargo do Governo do Estado. A importância em cruzeiros, será de Cr\$ 40.000,00 — correspondendo ao preço firme do material devidamente embalado para transporte FOB São Paulo.

CLÁUSULA IVª

Condições de Pagamentos: — O pagamento a favor da contratante, na Itália, da importância FOB pórt italiano, no total de US\$ ACL. 20.710,00 (vinte mil setecentos e dez dólares) será efetuado na forma e épocas seguintes: 30% (trinta por cento) ou sejam US\$ 6.213,00 (seis mil duzentos e treze dólares) por ocasião do recebimento da licença de importação; 60% (sessenta por cento) ou sejam US\$ 12.426,00 (doze mil quatrocentos e vinte e seis dólares) por ocasião da entrega, em Florianópolis dos documentos de embarque, referentes ao último material embarcado, 10% (dez por cento) ou seja US\$ 2.071,00 (dois mil e setenta e um dólares) no fim do período de garantia. O pagamento a favor da Contratante no Brasil, da importância FOB, São Paulo, no total de Cr\$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros), será efetuado na forma e épocas seguintes: 30% (trinta por cento) ou seja Cr\$ 12.000,00 (doze mil cruzeiros) por ocasião da assinatura do contrato, 60% (sessenta por cento) ou seja Cr\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil cruzeiros) contra aviso de expedição dos materiais, 10% (dez por cento) ou seja Cr\$ 4.000,00 (quatro mil cruzeiros) no fim do período de garantia.

Parágrafo único: — As remessas de todos os pagamentos a serem efetuadas na Itália, serão efetuadas em nome da Firma SADELMI — S. R. L. em Milão (Itália).

Prazos: — Os compromissos da Contratante enumerados na cláusula IIª, deverão ser satisfeitos dentro do prazo máximo de 4 (quatro) meses, contados a partir da obtenção da licença de importação e do pagamento inicial. O prazo anteriormente especificado, entende-se pórt europeu de embarque.

CLÁUSULA Vª

Transportes e Seguros: — Correrá por conta do Governo do Estado as despesas correspondentes aos fretes, seguros e outras que incidirem desde o pórt de embarque até Florianópolis, bem como os direitos alfandegários, taxas portuárias e quaisquer impostos, ou contribuições existentes ou que venham a ser criados no Brasil e outros que incidirem sobre materiais, no que se refere a descarga e ao transporte do pórt de Florianópolis ao local da instalação. A Contratante, se encarregará do embarque do material especificado na cláusula IIª. Os embarques deverão ser efetuados em navios de Bandeira Brasileira, salvo quando o Governo do Estado, expressamente determinar em contrário. A fim de que o Governo do Estado, possa gozar a isenção de direitos alfandegários e demais taxas estabelecidas por lei, o material aqui contratado deverá ser consignado diretamente ao Governo do Estado para a "Comissão de Energia Elétrica — Florianópolis — Santa Catarina — Brasil". Todas as despesas decorrentes da não observância, correrá por conta da Contratante.

CLÁUSULA VIª

Motivos de Força Maior: — Os prazos previstos neste contrato, serão mantidos salvo motivos de força maior, tais como guerras, terremotos, e epidemias, inundação, incêndios, explosões, ordens emanadas do Governo, atrasos de transporte, greves e outras causas alheias à vontade, dos contratantes. Qualquer demora, resultante de tais causas, prorrogará, correspondentemente os respectivos prazos de entrega. A Contratante, de 2 em 2 meses, através de relatórios, manará o Governo do Estado, permanentemente, informado sobre a extensão de todos os atrasos, seus reflexos na fabricação ou nas entregas e as providências cabíveis para a recuperação do tempo. A falta de informação neste sentido significará que não há atraso e que a fabricação vem seguindo seu curso normal de modo a assegurar as entregas nos prazos estipulados.

CLÁUSULA VIIª

Multa: — A Contratante sujeita-se a multa de 1% (um por cento) sobre o valor FOB do material, por mês de atraso, não podendo porém a multa ultrapassar o limite máximo de 10% (dez por cento). A multa não será cobrada caso, os atrasos verificados forem causados por motivos de força maior, definidos na cláusula VIIIª, devidamente comprovados.

CLÁUSULA IXª

Garantias: — A Contratante garante que o material, será fornecido de acordo com as especificações de sua proposta livre de defeitos intrínsecos ou de manufatura e que está em todas as suas características de acordo com as especificações e exigências das normas oficiais italianas, ao tempo de paz aplicáveis aos materiais. O prazo de garantia do conjunto será de 6 (seis) meses contados da data de entrada definitiva em serviço, prazo este porém, que não excederá de 10 (dez) meses da data do apontamento em fábrica do último material. O prazo de garantia acima definido será automaticamente dilatado, caso o tempo de montagem do contrato ultrapassar por sua culpa o prazo previsto na cláusula décima quinta do presente contrato. Todos os materiais serão ensaiados nas fábricas antes do despacho de acordo com as normas C. E. I. Italianas. As obrigações da Contratante no que se refere as garantias, constantes desta cláusula, limitar-se-ão a reparação ou substituição e montagem na instalação de material ou manufatura, ou que não preencha as especificações. A Contratante não poderá ser responsabilizada por eventuais prejuízos indiretos ou causados a terceiros consequentes da execução deste contrato, salvo os referentes a obrigação decorrentes deste contrato, pela mesma não respeitados.

CLÁUSULA Xª

Desenhos: — A Contratante compromete-se a entregar a Comissão, dentro de 2 (dois) meses, após a data do 1º pagamento referido na cláusula quarta do presente contrato os desenhos e detalhes do material completo e todas as indicações que permitem executar as obras civis necessárias à instalação do material aqui contratado. Todos os desenhos e detalhes a serem enviados à Comissão serão em 3 (três) vias, pelo mínimo. Serão enviados também pela Contratante as instruções de montagem, operações e manutenção dos diversos materiais aqui contratados.

CLÁUSULA XIª

Alterações: — Qualquer modificação introduzida no material mesmo em seus detalhes, não altera as garantias dadas neste contrato. As relações de serviço, só terão valor, quando estabelecidas por escrito e aprovadas pelas partes contratantes.

As assinaturas do "DIÁRIO OFICIAL" poderão ser tomadas em qualquer época, sempre pelo prazo de um ano, observada a seguinte tabela:

Particulares Cr\$ 150,00
 Funcionários Cr\$ 120,00

Para facilitar aos senhores assinantes, vai impressa junto ao endereço, a data do término da assinatura, que será suspensa tão logo esteja vencida.

Pede-se o obsequio de renová-la com antecedência de 30 dias.

Serão aceitos para publicação só-

IMPRESA OFICIAL DO ESTADO
DIÁRIO OFICIAL

DIRETOR
 PAULO HENRIQUE BLASI

Rua Jerônimo Coelho, n. 15 — Cx. Postal 138
 Telefones: Diretor — 3079, Portaria — 2688

telegramas, somente sendo levado a publicação, após haver a Tesouraria recebido a importância relativa.

As reclamações pertinentes à matéria retribuída, em casos de erros ou omissões, deverão ser formuladas por escrito, à Seção de Redação, no máximo, até cinco dias depois da saída do jornal.

As Repartições Públicas deverão providenciar para que a matéria destinada à publicidade seja entregue com um dia de antecedência.

mente originais dactilografados de um só lado do papel e autenticados, ressalvadas, por quem de direito, as emendas e rasuras que nos mesmos se verificarem.

A comunicação do preço é feita por

CLAUSULA XIII

Fiscalização e Treinamento: — Fica reservado ao Governo do Estado o direito de enviar um (1) técnico de sua livre escolha, para acompanhar todas as fases de fabricação do material aqui contratado. A Contratante atendida os regulamentos governamentais e os de suas fábricas, esforçar-se-á em treinar com objetivo de familiarizá-los com tipo, condição e conservação do material das fábricas fornecedoras, empenhadas neste contrato. As despesas de viagem, bem como as de estadia e extraordinários, serão custeadas pela Comissão.

CLAUSULA XIII

Licenças: — O Governador do Estado encarregar-se-á de solicitar, logo após a assinatura deste contrato, as licenças ou outras autorizações, necessárias à importação do material, objeto deste contrato. Caberá à Contratante obter as eventuais licenças fora do Brasil.

Ambas as partes contratantes cooperarão, por os meios razoáveis para a obtenção de tais licenças, prioridades ou autorizações. Se qualquer licença ou autorização não for concedida dentro de 90 (noventa) dias, a contar da data em que foi solicitada, ou se não for renovada dentro do mesmo prazo, as partes contratantes deverão consultar-se, a fim de chegar a uma solução mutuamente satisfatória.

CLAUSULA XIV

Montagem: — Para a criação e execução da montagem rápida e perfeita, a Contratante enviará ao local da montagem durante o tempo que for necessário, ou seus montadores. O custo total dos serviços de montagem da Contratante será de Cr\$ 72.000,00 (setenta e dois mil cruzeiros), excluindo todas as despesas para viagens e alojamento, que correrão por conta do Estado. O pagamento das despesas de montagem será efetuado na forma e época seguinte: 50% (cinquenta por cento), ou seja Cr\$ 36.000,00 (trinta e seis mil cruzeiros) no início da montagem e 50% (cinquenta por cento) ou seja Cr\$ 36.000,00 (trinta e seis mil cruzeiros), no fim da montagem. O preço aqui estipulado, é baseado sobre o valor do salário mínimo na cidade de São Paulo na data da apresentação da proposta, ou seja Cr\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos cruzeiros), por mês corrido. Em caso de modificação da base do salário mínimo, a importância acima será modificada de acordo com a fórmula P-PO (0,15 - 0,85 S/SO), sendo PO a importância acima e S e SO o salário mínimo futuro e o vigente na data da apresentação da proposta.

O prazo dos serviços de montagem não deverá ultrapassar 45 (quarenta e cinco) dias.

CLAUSULA XV

Arbitramento: — Fôro: — As dúvidas e divergências que, por ventura, surgirem na execução do presente contrato, serão decididas por arbitramento, na forma da lei processual vigente.

Fica, entretanto, eleito e convenionado, entre as partes contratantes, o fôro da cidade de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina, para a solução de quaisquer litígios e ações decorrentes do presente contrato, com expressa renúncia de qualquer outro fôro para o mesmo fim.

CLAUSULA XVI

Rescisão: — Se surgirem motivos de ordem imprevistível, que justifiquem a conveniência de uma rescisão, o caso deverá ser submetido a arbitramento, nos termos da cláusula décima sexta.

CLAUSULA XVII

Recursos: — Os recursos financeiros para pagamento por parte do Estado, correrão neste exercício por conta da verba 51-4-230, setor de energia elétrica, e no próximo exercício de 1957, pela verba correspondente consignável no respectivo orçamento.

CLAUSULA XVIII

Validade: — O presente contrato, entrará em vigor, na data de seu registro junto ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

CLAUSULA XIX

São: — O presente contrato está isento de selo federal de acordo com o parágrafo 5º (quinto), inciso VI, do art. 15, da Constituição Federal, regulamentado pela Circular n. 22 de 6 de agosto de 1948, baixada pelo excelentíssimo senhor Ministro da Fazenda, e publicada no Diário Oficial da União de 12 do mesmo mês e ano e sob o n. 185.

E, como assim foi dito, e a vista da autorização contida em o ofício n. 1.269 de 17 de setembro de 1956, da Secretaria de Estado dos Negócios de Fazenda, mandou o senhor doutor Antônio Romeu Moreira, Procurador Fiscal do Estado, lavrar o presente termo de contrato, que o assina juntamente com o senhor Luigi Vitiello, representando a Sociedade Anônima Sul-Americana de Eletrificação (SADE) bem como as testemunhas a este ato presentes, senhores: Carlos Orilla, brasileiro, casado, eletrotécnico, residente e domiciliado no Sub-Distrito de Coqueiros, e Celso Araújo, brasileiro, solteiro, datilógrafo, residente e domiciliado no Saco dos Limões, para todos os efeitos legais e seu fiel cumprimento.

Eu, Dilma Zomer, auxiliar de escritório, referência X, servindo nesta Procuradoria Fiscal, o escrevi.

Sobre selos estaduais no valor de Cr\$ 28,00 (vinte e oito cruzeiros) e taxas de saúde no valor de Cr\$ 21,00 (vinte e um cruzeiros) consta as assinaturas de Antônio Romeu Moreira e de Luigi Vitiello.

DECRETO N. 224

O Governador do Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições e na conformidade da autorização que lhe confere o art. 5º, do Decreto n. 990, de 22 de novembro de 1955.

DECRETA:

Art. 1º — Fica aberto, por conta do excesso da arrecadação do corrente exercício, à Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, o crédito de cento e vinte mil cruzeiros (Cr\$ 120.000,00), suplementar à seguinte verba do orçamento vigente:

24 — DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Verba 24-1-022 Cr\$ 120.000,00
 Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
 Palácio do Governo, em Florianópolis, 27 de novembro de 1955.
 JORGE LACERDA
 Herófilo Deek

DECRETO N. 278

O Governador do Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 52, item I, da Constituição do Estado.

DECRETA:

Art. 1º — Fica incluída, na Tabela Numérica de Mensalistas da Secretaria de Educação e Cultura (Escola Profissional Feminina de Florianópolis), uma (1) função de Professor, referência XV.
 Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrário.
 Palácio do Governo, em Florianópolis, 28 de novembro de 1955.
 JORGE LACERDA
 Rubens Nazareno Neves

DECRETO N. 279

O Governador do Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 52, item I, da Constituição do Estado.

DECRETA:

Art. 1º — Ficam incluídas na Tabela Numérica de Mensalistas da Secretaria de Educação e Cultura 5 (cinco) funções de Auxiliar de Escritório, referência VIII.
 Art. 2º — Ficam suprimidas na Tabela Numérica de Mensalistas a que se refere o artigo anterior 6 (seis) funções de Auxiliar de Escritório, referência VI.
 Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.
 Palácio do Governo, em Florianópolis, 28 de novembro de 1955.
 JORGE LACERDA
 Rubens Nazareno Neves

Decretos de 5 de outubro de 1956

O GOVERNADOR RESOLVE

Nomear:
 De acordo com o art. 15, item IV, da Lei n. 249, de 12-1-1949:
 Lizette Luz para exercer, interinamente, o cargo da classe I, da carreira de Escriturário, do Quadro Único do Estado, na vaga existente, criada pelo Decreto n. 1.423, de 24 de janeiro do corrente ano, para ter exercício na Secretaria de Educação e Cultura.

Promover, por antiguidade:

De acordo com o art. 58, § 2º, da Lei n. 249, de 12-1-1949:
 Mafalda Marselha Springman, ocupante do cargo da classe I, da carreira de Professor de Educação Física, do Quadro Único do Estado, em exercício no Instituto de Educação "Dias Velho", de Florianópolis, ao cargo da classe J, dessa carreira, vaga em virtude da exoneração de Caciilda Maes Hildebrand.

Terza Bogumila Celinsk, ocupante do cargo da classe I, da carreira de Professor de Educação Física, do Quadro Único do Estado, com exercício no Grupo Escolar "Horácio Nunes", de Valões, município de Pôrto União, ao cargo da classe J, dessa carreira, na vaga decorrente da demissão de Alzira Ana Maria do Vale.

Carmen Sílvia de Abreu Schneider, ocupante do cargo da classe I, da carreira de Professor de Educação Física, do Quadro Único do Estado, com exercício no Grupo Escolar "Vitor Meireles", de Itajaí, ao cargo da classe J, dessa carreira, vaga em virtude da promoção de Edite Ferreira.

Promover, por merecimento:

De acordo com o art. 54, da Lei n. 249, de 12-1-1949:

Luete Ana Gevaerd, ocupante do cargo da classe I, da carreira de Professor de Educação Física do Quadro Único do Estado, com exercício no Instituto de Educação "Dias Velho", desta Capital, ao cargo da classe J, dessa carreira, na vaga de-

corrente da promoção de Eurídice Monteiro Sagaz.

Nildo Walmer Sell, ocupante do cargo da classe I, da carreira de Professor de Educação Física, do Quadro Único do Estado, com exercício no Instituto de Educação "Dias Velho", de Florianópolis, ao cargo da classe J, dessa carreira, na vaga decorrente da exoneração de Haidee Domit.

Leda Lacy Kobarg, ocupante do cargo da classe I, da carreira de Professor de Educação Física, do Quadro Único do Estado, com exercício no Grupo Escolar "Florianio Peixoto", de Itajaí, ao cargo da classe J, dessa carreira, vaga em virtude da promoção de Gelta Conceição Simas Jacques.

Conceder aposentadoria:

De acordo com o art. 240, alínea a, da Lei n. 198, de 18 de dezembro de 1954:

A Brasília João de Andrade, ocupante efetivo da função de Prof. Complementarista, referência VII, lotado nas Escolas Reunidas "Prof. Celina Dias da Cunha", da Rua Velha, município de Biguaçu, com os proventos mensais de Cr\$ 1.428,00.

A Maria Virginia Gomes Cardoso, no cargo de Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado, com exercício na Escola Mista Estadual de Três Riachos II, no distrito e município de Biguaçu, com os vencimentos de Cr\$ 1.803,20, incluindo o adicional de 12% por cento por tempo de serviço.

Decretos de 28 de novembro de 1956

O GOVERNADOR RESOLVE

Remover, a pedido:
 Laudelina José Pedro, Professora Complementarista, referência VII, efetiva, das Escolas Reunidas "Prof. Edith Prates Gonçalves", de Santa Lúcia, distrito de Penha, município de Itajaí, para as Escolas Reunidas "Prof. Adriano Mosimann", de Rua Max. de Itajaí.

(Continua na 4ª página)

2ª CONFERÊNCIA DOS GOVERNADORES

DISCURSO DO GOVERNADOR ILDO MENEGETTI NA SESSÃO SOLENE DE INSTALAÇÃO

O Governador do Rio Grande do Sul, dr. Ildo Meneghetti, proferiu, na sessão de instalação da 2ª Conferência de Governadores, na cidade de Tórrës, no dia 24 do corrente, o seguinte discurso:

"Senhor Governador,
Meus senhores,

A reunião que hoje inauguramos num dos extremos do território rio-grandense, donde se dividam terras catarinenses e voltados os nossos olhos e os nossos corações para a Pátria brasileira, reveste-se de mais alta significação e há de constituir um belo marco na trajetória dos nossos dois Estados para e seu maior progresso e a sua maior felicidade.

Há quase 30 anos, na então nascente cidade de Irai, a 27 de abril de 1929, Getúlio Vargas e Adolpho Konder, então presidentes das duas unidades federativas mais meridionais da República, realizavam uma conferência em que eram tratados problemas comuns aos dois Estados, no propósito salutar e patriótico de se adotarem normas e providências de interesse mútuo.

Ao abriremos os nossos trabalhos, hoje, rendamos as nossas homenagens aqueles dois eminentes brasileiros, que a morte já arrebatou ao seio da Pátria e que, naquela oportunidade distante, tão bem compreenderam que era necessário entrosar e coordenar os problemas catarinenses e gaúchos, para dar-lhes a solução mais racional e mais acertada.

Que possamos nós, neste momento, começar nossa tarefa sob as melhores inspirações e que, ao fim dos nossos debates e das nossas deliberações, tenhamos encontrado os melhores caminhos para bem dirigir os destinos dos nossos Estados, que se dão as mãos neste instante e, irmãos por um ideal alto e superior, declaram o seu propósito de trabalhar unidos, acima de preocupações partidárias, de imediatismos ou de personalismos, com o só objetivo de promover o maior bem-estar das suas populações, e de construir para a maior felicidade de seus filhos e de oferecer maior quota ao esforço nacional de desenvolvimento.

São os mais variados os problemas que nos reúnem aqui. Bastaria o sentido levantado do clima de concordância e de fraternidade que podemos apresentar neste ensejo, quando ainda tantas são as dissensões e os desajustamentos dos brasileiros, para que Santa Catarina e Rio Grande do Sul oferecessem ao Brasil um exemplo que não é único, felizmente, mas que tem muito conteúdo moral, que traduz muita sensibilidade patriótica e que define bem a nossa atitude de governantes, em face das realidades do Brasil: trabalhar com isenção, seriedade e espírito público para o bem geral, procurando levar ao país a nossa contribuição para que solução as suas dificuldades, acelere os seus passos na rota do progresso e dissipe os nevoeiros que ainda ensoberbeem, aqui ou ali, os horizontes da República.

A presença, nesta reunião, dos operosos Prefeitos das circunscrições municipais catarinenses e gaúchas, situadas nas lindas dos dois Estados, empresta maior relevância e assegura maior ressonância às questões que vamos debater e às deliberações que vamos adotar.

Não vacilo em afirmar que uma política de trabalho comum, executada pelos nossos dois Governos e com a assistência federal em tudo quanto for à União concernente, poderá produzir em curto espaço de

tempo resultados surpreendentes, que não é difícil antever.

A decisão que vamos examinar, a propósito do aproveitamento do potencial hidrelétrico do Estreito, valendo-nos da oportunidade feliz que nos oferece a tramitação favorável, no Congresso Nacional, do projeto de lei que autoriza o Governo Federal a abrir um crédito especial de Cr\$ 360.000.000,00, será, por si só, um fato de significação decisiva para os destinos destas duas unidades federativas, que não querem ficar à retaguarda da prosperidade brasileira.

A tônica da civilização moderna é por certo a eletrificação. Os países mais avançados no desenvolvimento social-econômico, são os países altamente eletrificados. Em nossos dias, quem não eletrifica, paralisa-se. O Rio Grande do Sul, que só de tempos a esta parte vem superando as suas crônicas angústias de energia elétrica, bem sabe quanto elas lhe restringiram o desenvolvimento, lhe celaram as realidades e lhe obstaculizaram os empreendimentos fecundos e criadores. Santa Catarina, que é uma terra de marcante operosidade, provavelmente já seria o dobro do que é em altos cometimentos econômicos, se tanto não sofresse, também, à falta de energia elétrica. Mas os dois Estados se acham hoje, dominados pela preocupação de bem utilizarem os seus potenciais hidráulicos e térmicos, transformando-os em eletricidade e, assim, mais valorizando-os, enriquecendo-os e fortalecendo-os, para que, assim, as iniciativas floresçam, as oportunidades se multipliquem, as vocações se afirmem e o povo seja mais feliz.

O que o turismo oferece de possibilidades aos nossos dois Estados ainda não foi nem de longe estimado. As belezas naturais das nossas praias, as virtudes terapêuticas das nossas fontes termais e o deslumbramento das nossas montanhas ou dos belos e serenos lagos em que se espelham a Serra do Mar, são riquezas imensas, que esperam pela ação dos poderes públicos e da iniciativa particular.

Ao longo do litoral atlântico do Rio Grande do Sul, há hoje como que uma sementeira de empreendimentos modernos e corajosos, que começam aqui e vão terminar à beira do Chuí, na última porção de terra do Brasil Meridional.

Quando a política de desenvolvimento do turismo se tornar no Brasil mais objetiva e receber maiores estímulos materiais, o que poderemos fazer, rio-grandenses e catarinenses, excederá à mais otimista das expectativas. O Rio Grande do Sul reorganizou há pouco tempo o seu Conselho Estadual de Turismo e vem procurando fomentar iniciativas de sentido objetivo e criador, nesse campo de oportunidades imensas e até aqui tão mal aproveitadas.

Se conjugarmos os nossos esforços, muito e muito poderemos obter para que o turismo em Santa Catarina e Rio Grande do Sul constitua uma grande fonte de prosperidade coletiva.

As rodovias constituiriam em todos os tempos, na obra de penetração civilizadora dos nossos Estados, instrumentos insubstituíveis, principalmente porque, em Santa Catarina e na região gaúcha que lhe é vizinha, a topografia não foi propícia à navegabilidade dos rios. Não foi pouco, certamente, o que os nossos Estados realizaram neste setor; nem o que seria licito negar à contribuição decisiva das rodovias federais na interligação dos nossos Estados. Mas o im-

peto de progresso que anima gaúchos e catarinenses não se conforma e não se poderá conformar apenas com as grandes ligações. Aqui haveremos de sentir, através das representações dos municípios, que eles querem mais pontes, mais estradas, mais caminhos para a interpenetração dos interesses, das realizações, da riqueza, das iniciativas.

Nenhuma administração moderna, compenetrada de seus deveres e das suas responsabilidades, poderá alhear-se dos problemas sociais, que constituindo motivo de preocupação em todas as zonas, indistintamente, chegam, entretanto, a proporções que compungem em nossas regiões litorâneas. Não caberá, contudo, uma posição de desalento em face desse problema, porque a condição redentora dessas populações paupérrimas e exóticas reside na elaboração e na execução de um programa de racional aproveitamento de riquezas naturais, que ainda não soubermos ou não quisemos explorar, em benefício dos nossos irmãos menos afortunados.

O Serviço Social, acompanhando, iluminando, humanizando, dignificando o trabalho de desenvolvimento econômico, deve constituir, nos programas administrativos, um capítulo a que os homens públicos precisam dar toda a ênfase. Nesta região, é fundamental que tal propósito não seja esquecido e que, antes, dêe facamos uma bandeira sempre destraldada, para redimir do sofrimento milhares de patriotas que também podem dar ao Brasil a sua contribuição de trabalho sadio e construtor.

Ao lado destas preocupações, que por si sós representariam um alentado programa de trabalho e justificariam a mobilização dos mais categorizados especialistas, não podemos deixar de lado a vasta Planície Marítima Aluvial do Rio Grande do Sul, que, com uma área de 32 mil quilômetros quadrados se estende dos rochedos de Tórrës ao Arrolo Chuí, compreendendo toda a orla marítima do Estado, numa extensão linear de mais de 600 quilômetros, não excedendo a sua largura máxima, na zona fronteira ao município de Tapera, a mais de 80 quilômetros.

Nessa planície desenvolve-se um grande cordão de lagoas, que, a começar de Laguna, se prolonga por todo o litoral marítimo catarinense e rio-grandense.

Foi através dessa planície que os lagunenses chegaram até o Rio Grande do Sul, trazendo socorro à Colônia do Sacramento e plantando marcos de civilização em nosso território. Tendo sido essa faixa de terra a primeira região oriental do Rio Grande a ser povoada, nem assim apresenta, entretanto, um desenvolvimento compatível com as suas reais possibilidades.

É que, em virtude de ausência de condições imediatas, não puderam os primeiros colonizadores fixar-se na região. A pobreza do homem do nosso litoral nordeste é uma fatalidade geográfica pela simples razão de ser a planície aluvial marítima predominantemente quartzica, com pequena cobertura vegetal, não constituindo atrativos aos colonizadores, que buscaram outras terras, mais favoráveis ao seu trabalho.

É imperioso clarmos, nesse deserto econômico, diversos nós populacionais permanentes, à base das riquezas regionais que devem ser os elementos seguros dessa desejada fixação. Não é admissível que, nessa dilatada orla, apenas no verão, se contemplem as densas massas populacionais flutuantes, que a abando-

nam, todavia, tão logo se encerra a estação de verão.

Entre os elementos de fixação, avulta desde logo a riqueza piscosa do nosso Grande Oceano, justificando-se os estudos da construção do porto pesqueiro de Tramandaí, que trará ao Rio Grande do Sul considerável expansão na exploração racional do peixe. A base desse nó fixo e com recursos de desenvolvimento, tornar-se-á possível a criação de novos núcleos satélites. Resolvido esse problema eminentemente social terá o Rio Grande do Sul dado um passo decisivo no sentido de favorecer uma de suas regiões mais necessitadas de obras públicas básicas.

Em 1887 o Engenheiro Cel. Eduardo José de Moraes apresentou o traçado de um canal para navegação interior ligando Porto Alegre e Laguna, por uma hidrovia que cortava as lagoas do Estado do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, perfazendo uma extensão total de cerca de 414 quilômetros. Esse canal, que foi batizado com o nome de Príncipe D. Afonso, tem hoje ainda sua grande atualidade, pois, encurtaria a atual ligação de Laguna a Porto Alegre, que é de 860 quilômetros, em metade do percurso. O Rio Grande do Sul, como é sabido, não dispõe de carvões coqueificáveis. Em nosso Estado, Senhor Governador, a Companhia Siderúrgica Nacional tem vindo buscar o carvão que, transformado em coque, vem permitindo a expansão dessa indústria básica à nação. O Rio Grande do Sul, que vem, fazendo, também, esforços no sentido do desenvolvimento de sua indústria siderúrgica, teria suas vantagens com a criação dessa hidrovia interior, que permitiria amplo intercâmbio entre nossos dois Estados, constituindo a peça mestra do incremento econômico de toda a região percorrida.

Ai tendes, Senhor Governador Jorge Lacerda o meus concidadãos, alguns pensamentos, algumas pinceladas, algumas preocupações. Elas não devem ser desta ou daquela agremiação partidária; não podem constituir exclusividade deste ou daquele homem público; devem representar um patrimônio comum de compromissos e de deveres, para todos quantos, acima de eventuais paixões, dissensões ou atitudes, queiram ser permanentemente fiéis aos mais caros interesses do Brasil.

Estou certo de que esta reunião vai constituir uma etapa definitiva para catarinenses e gaúchos.

A Vossa Excelência, Senhor Governador Jorge Lacerda, à Sua Excelentíssima esposa, que, acompanhando-o na visita ao Rio Grande do Sul, tanto nos sensibiliza e nos honra; aos ilustres representantes do Poder Legislativo e Poder Judiciário; aos dignos Secretários de Estado e outros diretos auxiliares de Vossa Excelência; aos nobres Prefeitos e Vereadores, a todos — que tão altamente representam Santa Catarina, — venho, em nome do Governo e do povo rio-grandense, trazer efusivos votos de boas vindas e desejo a mais grafa estada no Rio Grande do Sul, que se sinta sobremodo feliz por acolher tão sã e tão eminente representação.

Ao declarar inaugurada esta reunião dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, confio em que haveremos de traçar rumos seguros, patrióticos e fecundos para o trabalho comum dos nossos Estados, ao serviço do povo, da democracia e da República.

ATOS DO PODER EXECUTIVO

(Continuação da 2ª página)

Irmã Sofia Oleksy, Professora Complementarista, referência VII efetivo, da Escola isolada de Barra da Paleta, distrito e município de Taíó, para as Escolas Reunidas "Prof. Maria Angélica Calazans", de Caminho Píthnal, distrito de Gustavo Richard, município de Presidente Getúlio.

De acordo com o art. 1º da Lei n. 13, de 1-8-951:

Vanda Maria Fernandes, ocupante do cargo de Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado, das Escolas Reunidas "Prof. Antônio Francisco de Souza", de Três Pontes, para as Escolas Reunidas "Aracy Vaz Callado", de Capoeiras, ambas no município de Florianópolis.

Odalzita Borges, ocupante do cargo da classe H, da carreira de Professora Normalista, do Quadro Único do Estado, do Grupo Escolar "Euclydes da Cunha", de Nereu Ramos, município de Jaraguá do Sul, para o Grupo Escolar "Abrião Batista", de Jaraguá do Sul.

Anular:

O decreto de 1º de junho de 1956, que tornou sem efeito o de 1º de março do mesmo ano, pelo qual foi removido da 54ª Circunscrição Escolar, com sede em Palmitos, para a 41ª, com sede em Ituporanga, Carlos Blumemberg, ocupante do cargo da classe P, da carreira de Inspetor Escolar, do Quadro Único do Estado.

Conceder

De acordo com o art. 101, item I, da Lei n. 198, de 18-12-954:
A Maria de Lourdes Amaral Almeida, ocupante do cargo da classe I, da carreira de Professor Normalistas, do Quadro Único do Estado

(Grupo Escolar "Conselheiro Mafra", de Joinville).
A Zilda Furlaneto, ocupante do cargo de Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado (Escola isolada de São Miguel, distrito de Gravatá, município de Tubarão), a contar de 7 de agosto de 1956.

A Miguelina Jucoski, ocupante do cargo de Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado (Escolas Reunidas "Prof. Dilma Ballard Lutemberg", de Dois Irmãos, distrito e município de Capinzal), a contar de 1º de agosto de 1956.

Decreto de 30 de novembro de 1956

O GOVERNADOR RESOLVE

Nomear:

De acordo com o art. 174, combinado com o art. 52, da Lei n. 634, de 4 de janeiro de 1952:

Bernardo Guimarães para exercer o cargo de Juiz de Paz do distrito de Henrique Laje, município e comarca de Laguna, vago em virtude da exoneração de Willy de Souza.

Portaria de 26 de novembro de 1956

O GOVERNADOR RESOLVE

Licenciar, "ex-offício", em prorrogação:

De acordo com o art. 134, combinado com o art. 137, da Lei n. 198, de 18 de dezembro de 1954 (E.F.P.C.E.S.C.):

Por mais noventa (90) dias, a contar de 12 do corrente, a Oficia, Administrativa, Eunice Schiefler, lotada na Penitenciária do Estado.

SECRETARIAS DE ESTADO

EDUCAÇÃO E CULTURA

Portaria de 20 de abril de 1956

O SECRETÁRIO RESOLVE

Admitir:

De acordo com a Lei n. 277, de 18 de julho de 1949:

A Regente de Ensino Primário Leopoldina Lauret para, na qualidade de extranumerário diarista, exercer a função de Professor, na Escola isolada de Três Barras, distrito e município de Ituporanga, com o salário diário de Cr\$ 37,80, correndo a despesa por conta da dotação 33-1-036, do orçamento vigente.

SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Portarias de 8 de novembro de 1956

O SECRETÁRIO RESOLVE

Dispensar:

João Soares de Oliveira da função de Vigilante, referência V, com exercício no Hospital "Nereu Ramos".

Admitir:

Oswaldo Conceição para as funções de Vigilante, referência V, do Hospital Nereu Ramos, na vaga existente pela dispensa de João Soares de Oliveira.

DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA

Plantões de farmácias

MÊS DE DEZEMBRO

1º - sábado (tarde) - Farmácia Sto. Antônio - Rua Felipe Schmidt, 43.
2 - domingo - Farmácia Sto. Antônio - Rua Felipe Schmidt, 43.

8 - sábado (tarde) - Farmácia Catarinense - Rua Trajano.

9 - domingo - Farmácia Catarinense - Rua Trajano.

15 - sábado (tarde) - Farmácia Noturna - Rua Trajano.

16 - domingo - Farmácia Noturna - Rua Trajano.

22 - sábado (tarde) - Farmácia Esperança - Rua Conselheiro Mafra.

23 - domingo - Farmácia Esperança - Rua Conselheiro Mafra.

25 - terça-feira (Natal) - Farmácia Nelson - Rua Felipe Schmidt.

29 - sábado (tarde) - Farmácia Moderna - Rua João Pinto.

30 - domingo - Farmácia Moderna - Rua João Pinto.

O serviço noturno será efetuado pelas farmácias Sto. Antônio e Noturna, situadas às ruas Felipe Schmidt, 43 e Trajano.

A presente tabela não poderá ser alterada sem prévia autorização deste Departamento.

D. S. D., em novembro de 1956.

Luiz Osvaldo d'Acampora, inspetor de farmácia. (8.379)

Edital

Torno público, em cumprimento ao despacho exarado, em data de ontem, pelo senhor Diretor, na petição da parte interessada haver o prático de farmácia habilitado Miguel José Pires, requerido licença para se estabelecer, com farmácia em Araruama, município do mesmo nome, nos termos da Lei Federal n. 1.472, de 22 de novembro de 1951.

Se dentro do prazo de quinze (15) dias após a publicação deste edital, por oito (8) vezes consecutivas, não se apresentar profissional diplomado que queira abrir farmácia naquela localidade será deferido o pedido do requerente.

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO

A Imprensa Oficial tem à venda exemplares da nova edição da Constituição do Estado, ao preço de Cr\$ 20,00.

Florianópolis, 23 de novembro de 1956.

Luiz Osvaldo d'Acampora, inspetor de farmácia. (8.349)

Edital

Torno público, em cumprimento ao despacho exarado em data de ontem, pelo senhor Diretor, na petição da parte interessada, haver o prático de farmácia habilitado, Max Haffermann, requerido licença para se estabelecer com

farmácia na localidade de Vidal Ramos, município de Brusque, nos termos da lei federal n. 1.472, de 22 de novembro de 1951.

Se dentro do prazo de quinze (15) dias, após a publicação deste edital, por oito (8) vezes consecutivas, não se apresentar profissional diplomado que queira abrir farmácia naquela localidade, será deferido o pedido do requerente. Florianópolis, 17 de novembro de 1956.

Luiz Osvaldo d'Acampora, inspetor de farmácia. (8.260)

FAZENDA

TESOURO DO ESTADO

SUBDIRETORIA DE CONTABILIDADE

MOVIMENTO DA TESOOURARIA, EM 23 DE NOVEMBRO DE 1956

Saldo do dia 22, em caixa	Cr\$ 4.710.184,20
Recebimentos	3.901.990,60
	Cr\$ 8.672.174,80

Pagamentos	Cr\$ 4.351.161,30
Saldo para o dia 24, em caixa	4.321.013,50
	Cr\$ 8.672.174,80

DISCRIMINAÇÃO DOS SALDOS

Estabelecimentos	DO ESTADO	Depósitos especiais	Depósitos div. orig.	Montepio	Total
Tesouraria	867.631,50	641.677,30	1.920.598,20	901.106,50	4.321.013,50
Em bancos	14.249.073,30	80.816.504,10	14.865.117,60	466.180,50	110.396.875,50
TOTAIS	15.116.704,80	81.458.181,40	16.785.715,80	1.357.287,00	114.717.889,00

Flávio Filomeno
Encar. do Controle

Acácio Mello
Tesoureiro

Francisco Gouyá, Sub-diretor.

MOVIMENTO DA TESOOURARIA, EM 24 DE NOVEMBRO DE 1956

Saldo do dia 23, em caixa	Cr\$ 4.321.013,50
Recebimentos	11.957,70
	Cr\$ 4.332.971,20

Pagamentos	Cr\$ 314.152,70
Saldo para o dia 25, em caixa	4.018.818,50
	Cr\$ 4.332.971,20

DISCRIMINAÇÃO DOS SALDOS

Estabelecimentos	DO ESTADO	Depósitos especiais	Depósitos div. orig.	Montepio	Total
Tesouraria	591.591,90	641.677,30	1.920.477,10	875.072,20	4.018.818,50
Em bancos	14.249.073,30	80.816.504,10	14.865.117,60	466.180,50	110.396.875,50
TOTAIS	14.830.665,20	81.458.181,40	16.785.594,70	1.341.252,70	114.415.694,00

Flávio Filomeno
Encar. do Controle

Acácio Mello
Tesoureiro

Francisco Gouyá, Sub-diretor.

AGRICULTURA

DIRETORIA DE ECONOMIA E ASSISTÊNCIA AO COOPERATIVISMO

Portarias de 26 de novembro de 1956

O DIRETOR RESOLVE

Dispensar:

Edy Ernestina de Sousa da função de Auxiliar de Escritório, ref. VIII, por ter sido admitida em outra função.

Requerimentos despachados

22 DE NOVEMBRO

Otávio Cabral - Pague-se, à vista das

informações, a quantia de Cr\$ 18.085,00, desentranhando-se os documentos necessários à comprovação da despesa, de acordo com o decreto n. 622, de 28-11-1953.

Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S. A. - procurador de Samarco S. A. - Pague-se, a idem, idem, a quantia de Cr\$ 5.023,20, idem, idem.

Figueras S. A., Engenharia e Importação - Pague-se, idem, idem, a quantia de Cr\$ 8.133,00, idem, idem.

Viuva Francisco Evangelista & Sobrinhos - Pague-se, idem, idem, a quantia de Cr\$ 950,00, idem, idem.

S. A. Moihões Rio Grandenses - Pague-se, idem, idem, a quantia de Cr\$ 5.963,00, idem, idem.

Meyer & Cia. - Pague-se, idem, idem, a quantia de Cr\$ 47.616,30, idem, idem.

(8.342)

COMISSÃO DE ESTUDOS DOS SERVIÇOS PUBLICOS ESTADUAIS

PARECER N. 3.100/56

Manoel Clotildes Campos, soldado reformado da Polícia Militar, requer, em petição de 12 de maio do ano em curso, dirigida ao exmo. sr. Governador do Estado, os benefícios da "Lei da Praia".

2. São favoráveis as informações que instruem o processo, fornecidas pelo Estado Maior daquela Corporação e pelo Expediente desta Comissão.

3. O requerente esteve no pleno exercício de suas funções durante o período da última guerra, fazendo jus à promoção ao posto de Cabo.

4. Pelo deferimento, devendo a diferença de vencimentos entre o posto de soldado e o de cabo ser calculada a partir de 9-7-54, data em que o suplicante foi reformado.

S. S., em 14 de agosto de 1956.

Dante De Patta, presidente e relator.

Hamilton J. Hildebrand

Moacyr de Oliveira

Alcides H. Ferreira

De acordo.

(a.) Jorge Lacerda

PARECER N. 3.101/56

O soldado da Reserva Remunerada da Polícia Militar, Saturnino Francisco Lopes, requer ao exmo. sr. Governador do Estado, em 7-5-56, os favores da "Lei da Praia".

2. Depreende-se da informação n. 506/56, de fls. 2 verso, fornecida pelo Estado Maior da dita Corporação, que o requerente esteve em exercício na Polícia Militar durante o período da última guerra.

3. Faz jus, por conseguinte, à promoção ao posto de Cabo, de conformidade com o Decreto n. 11, de 5-5-56, devendo a diferença de vencimentos, entre os dois postos em referência, ser calculada a partir da data da publicação do atual Estatuto da Polícia Militar do Estado.

4. Pelo deferimento.

S. S., em 14 de agosto de 1956.

Dante De Patta, presidente e relator.

Hamilton J. Hildebrand

Moacyr de Oliveira

Alcides H. Ferreira

De acordo.

(a.) Jorge Lacerda

PARECER N. 3.102/56

Venâncio Ezequiel Ribeiro, soldado da Reserva Remunerada da Polícia Militar, requer ao exmo. sr. Governador do Estado, em petição de 7-5-56, os benefícios da "Lei da Praia".

2. Informa o Estado Maior daquela Corporação que o requerente esteve no pleno exercício de suas funções durante o período da última guerra, tendo direito à promoção ao posto de Cabo, com os vencimentos integrais, isto é, de Cr\$ 2.106,00, e mais os adicionais de 10%, perfazendo o total de Cr\$ 2.176,00 mensais.

3. Somos pelo deferimento, com fundamento no Decreto n. 11, de 5-5-56, devendo a diferença de vencimentos, a que tem direito o requerente, ser calculada a partir da data em que entrou em vigor o atual Estatuto da Polícia Militar do Estado.

S. S., em 14 de agosto de 1956.

Dante De Patta, presidente e relator.

Hamilton J. Hildebrand

Alcides H. Ferreira

De acordo.

(a.) Jorge Lacerda

PARECER N. 3.103/56

Marta Rosalina Lutz, viúva do cabo reformado da Polícia Militar, José Amaro Lutz, requer as vantagens da "Lei da Praia".

2. Depreende-se das informações constantes do processo e do parecer da Consultoria Jurídica daquela Corporação, que o marido da requerente faleceu em 25-8-952, antes, portanto, da promulgação das disposições legais que estende-

ram aos integrantes da Polícia Militar as vantagens da Lei n. 1156, de 12-7-950.

3. Nessas condições somos pelo indeferimento.

S. S., em 14 de agosto de 1956.

Dante De Patta, presidente e relator.

Hamilton J. Hildebrand

Moacyr de Oliveira

Alcides H. Ferreira

De acordo.

(a.) Jorge Lacerda

PARECER N. 3.104/56

Pedro Jovino Caetano, soldado da Polícia Militar, requer ao exmo. sr. Governador do Estado, em petição de 7-5-56, as vantagens da "Lei da Praia".

2. São favoráveis as informações do processo, visto que o requerente esteve no pleno exercício de suas funções durante o período da última guerra.

3. Tem direito à promoção ao posto de Cabo, conforme Decreto n. 11, de 5-5-56.

4. A diferença entre o posto de soldado, no qual foi reformado, e o de Cabo, será calculada a partir da data da publicação do atual Estatuto da Polícia Militar, de acordo com o referido Decreto Estadual.

5. Pelo deferimento.

S. S., em 14 de agosto de 1956.

Dante De Patta, presidente e relator.

Hamilton J. Hildebrand

Moacyr de Oliveira

Alcides H. Ferreira

De acordo.

(a.) Jorge Lacerda

PARECER N. 3.105/56

O soldado reformado da Polícia Militar, Gonçalo Quintino, requer ao exmo. sr. Governador do Estado, em 14-6-56, a diferença de etapa a que se julga com direito, relativa ao ano de 1955.

2. Pelas informações prestadas a fls. 2 verso, pelo Estado Maior daquela Corporação, o suplicante foi reformado por sofrer de moléstia infecto-contagiosa.

3. Tem direito o requerente, nessas condições, conforme explana o parecer n. 1.012/56 da Consultoria Jurídica da Polícia Militar, de fls. 3, a perceber, enquanto viver, sempre pela tabela que perceber o militar da ativa.

4. Da mesma forma, opinamos pelo deferimento, devendo ser apostilado o respectivo título e relacionada a quantia de Cr\$ 1.095,00, relativa ao exercício de 1955, para oportuno pagamento.

S. S., em 14 de agosto de 1956.

Dante De Patta, presidente e relator.

Hamilton J. Hildebrand

Moacyr de Oliveira

Alcides H. Ferreira

De acordo.

(a.) Jorge Lacerda

PARECER N. 3.106/56

Arnoldo M. de Souza e outros, ocupantes da função de Mestres Especializados da Diretoria de Obras Públicas, alegando estar trabalhando sob o regime de 8 horas de serviço diários, pleiteiam a conversão, em tempo de serviço, das horas que excedem ao período normal de trabalho das repartições em geral (6 horas).

2. A Lei n. 249, de 12-1-949 — Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado relativamente ao período de trabalho diário prescreve:

"O artigo 114 — O chefe do Poder Executivo determinará:

I — para cada repartição, o período de trabalho diário;

II — para cada função, o número de horas diárias de trabalho;

III — para uma ou outra, o regime de turnos consecutivos, quando for aconselhável, indicando o número certo de horas de trabalho exigíveis por mês;

IV — para cada função, o período de trabalho diário.

Vê-se, que a duração diária do trabalho poderá, em casos especiais ser diferente para determinadas categorias de serviço.

Por isso, não resulta, na hipótese de período maior de trabalho diário, direi-

to de compensação, salvo quando se tratar de trabalho extraordinário.

Por isso mesmo, não tem procedência a pretensão dos requerentes, mormente no que respeita a conversão em tempo de serviço, hipótese não autorizada em lei.

Somos pelo indeferimento.

S. S., em 14 de agosto de 1956.

Dante De Patta, presidente.

Hamilton J. Hildebrand, relator.

Moacyr de Oliveira

Alcides H. Ferreira

De acordo.

(a.) Jorge Lacerda

PARECER N. 3.107/56

Romeu Corrêa Vellasquez, soldado reformado da Polícia Militar, requer pagamento de salário-família, referente a dependente Ulda Pires Corrêa, do período de maio de 1953 a dezembro de 1954.

2. Face à informação da Contadoria Geral do Estado, constante deste processo, de que já foi relacionada em favor do requerente a quantia de Cr\$ 2.640,00, correspondente do salário-família relativo ao período de novembro de 1953 a dezembro de 1953, tem o requerente direito a quantia de Cr\$ 1.000,00, referente ao exercício de 1954.

3. Pelo deferimento da citada quantia, devendo ser relacionada para oportuno pagamento.

S. S., em 14 de agosto de 1956.

Dante De Patta, presidente.

Alcides H. Ferreira, relator.

Hamilton J. Hildebrand

Moacyr de Oliveira

De acordo.

(a.) Jorge Lacerda

PARECER N. 3.108/56

Auta Ballard Schork, Regente do Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado, com exercício nas Escolas Reunidas "Profª Alzira Palumbo", requer pagamento do salário-família referente a 3 dependentes, num total de Cr\$ 9.000,00, relativo ao período de abril de 1952 a outubro de 1954.

2. Face as informações de fls. constantes deste processo, tem a requerente direito ao que pleiteia.

3. Pelo deferimento da citada quantia, devendo ser relacionada para oportuno pagamento.

S. S., em 14 de agosto de 1956.

Dante De Patta, presidente.

Alcides H. Ferreira, relator.

Hamilton J. Hildebrand

Moacyr de Oliveira

De acordo.

(a.) Jorge Lacerda

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

INDÚSTRIAS DE MADEIRAS MAFRA S. A.

AVISO AOS SENHORES ACIONISTAS

A diretoria desta Sociedade avisa aos senhores acionistas que estão à sua disposição, na sede social, à rua Marechal Deodoro da Fonseca, 154, nesta cidade de Mafra, os documentos de que trata o artigo 99, do Decreto-lei n. 2.627, de 26-9-1940. Mafra, 30 de setembro de 1956.

Ernesto Wassmansdorf, diretor-presidente.
Edemir Evers, diretor-gerente.

(3-3)

MADEIRENSE DO BRASIL S. A. INDÚSTRIA DE MADEIRAS JANSEN S. A.

Assembleia geral extraordinária

Ficam convidados os senhores acionistas a comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no próximo dia 10 de dezembro de 1956, às 10 horas, na sede social, em Vilanova, município de Lajes, para tratar dos seguintes assuntos:

a) — Estabelecer normas para atividade da Empresa para o exercício de 1957;

b) — Interesses gerais.

Lajes, 27 de novembro de 1956.

Velmir Daic, vice-presidente.

Jacinto Antônio Ferreira Ritto,

diretor.

(3-2) (4184)

PARECER N. 3.109/56

Maria Dolores Tancredo Volpato, Zeladora referência IV, com exercício nas Escolas Reunidas "Profª Emilia Mamede Soares", de Barro Branco, distrito de Lauro Müller, município de Orléans, requer o pagamento do salário-família relativo a quatro (4) dependentes, na quantia de Cr\$ 1.800,00, referente aos meses de outubro a dezembro de 1953.

2. Segundo as informações constantes dos autos, a suplicante já recebeu essa importância pelo Posto de Arrecadação de Lauro Müller.

3. Pelo arquivamento.

S. S., em 14 de agosto de 1956.

Dante De Patta, presidente.

Alcides H. Ferreira, relator.

Hamilton J. Hildebrand

Moacyr de Oliveira

De acordo.

(a.) Jorge Lacerda

PARECER N. 3.110/56

Irene de Castilho Simm, ocupante da função de Professora, extra-funcionária, com exercício na escola isolada de Rio Preto, Volta Grande, distrito e município de Rio Negrinho, requer ao exmo. sr. Governador do Estado o pagamento do salário-família correspondente aos meses de agosto a dezembro de 1954, conforme já foi decidido por esta Cespe (D.O. de 2-5-55).

2. De conformidade com a informação da Sub-Diretoria da Despesa, de fls. 5, a quantia correspondente ao solicitado, na importância de Cr\$ 750,00, já mereceu autorização para pagamento por intermédio da Coletoria de Rio Negrinho.

3. Pelo arquivamento.

S. S., em 7 de agosto de 1956.

Dante De Patta, presidente.

Hamilton J. Hildebrand, relator.

Alcides H. Ferreira

Moacyr de Oliveira

De acordo.

(a.) Jorge Lacerda

PARECER N. 3.111/56

Leopoldo Tiago de Souza, soldado da Polícia Militar, requer pagamento de salário-família referente a 1 dependente, no período de novembro a dezembro de 1955.

De conformidade com as informações de fls. constantes deste processo, tem o requerente direito ao que pleiteia.

Pelo deferimento da quantia de Cr\$ 300,00, que deverá ser relacionada para oportuno pagamento.

S. S., em 14 de agosto de 1956.

Dante De Patta, presidente.

Alcides H. Ferreira, relator.

Hamilton J. Hildebrand

Moacyr de Oliveira

De acordo.

(a.) Jorge Lacerda

(3-2) (4195)

ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE IBIRAMA E PRESIDENTE GETÚLIO

CAPÍTULO I

Da constituição, sede e fins da associação

Art. 1º — Fica constituída pelos presentes estatutos, a Associação e Industrial de Ibirama e Presidente Getúlio, sociedade civil, com personalidade jurídica de direito privado, nos termos do artigo 18 do Código Civil Brasileiro, composta de número ilimitado de sócios comerciantes, industriais e agentes auxiliares do comércio, que exercem as suas atividades nos municípios de Ibirama e Presidente Getúlio.

Art. 2º — A associação terá sua sede e fóro jurídico na cidade e comarca de Ibirama, Estado de Santa Catarina, e a sua duração será por tempo indeterminado.

Art. 3º — A associação tem por objetivo:

- a) defender os direitos e interesses de seus associados;
- b) colaborar com os poderes públicos para a supressão ou criação de medidas tendentes a proteger ou desenvolver a indústria e o comércio;
- c) difundir e estreitar as relações entre seus associados, em prol dos interesses das classes a que pertencem;
- d) organizar e manter, dentro de suas possibilidades financeiras, um departamento jurídico, para atender as consultas da diretoria e dos sócios, desde que versem sobre assuntos relativos a direito comercial, fiscal ou social trabalhista, e sem ônus para os associados;
- e) manter uma biblioteca de obras culturais e publicações especializadas em assuntos de ordem econômica, jurídica, fiscal e social;
- f) manter um departamento de publicidade com um boletim informativo, que será o órgão oficial da associação, nele divulgando leis, decretos, portarias, e demais atos oficiais que, de modo geral, possa interessar à classe;
- g) manter correspondência com as associações congêneres, do país ou do estrangeiro, para obter informações, fazer propaganda ou estabelecer medidas úteis aos interesses da classe;
- h) amparar e prestigiar os industriais e comerciantes honestos, e combater os desonestos.

Art. 4º — A associação sob pretexto algum poderá intervir, direta ou indiretamente, com assuntos de política partidária ou religiosa.

Art. 5º — O ano social coincide com o ano civil.

CAPÍTULO II

Dos sócios, seus direitos e deveres

Art. 6º — Poderão integrar a associação, como sócios, quaisquer firmas individuais ou coletivas, comerciais ou industriais, representantes comerciais e classes anexas, estabelecidas nos municípios de Ibirama e Presidente Getúlio.

Parágrafo único — Por proposta do interessado e a juízo do conselho deliberativo, poderão ser admitidos, como sócios, pessoas ou firmas estabelecidas em outras praças do território nacional.

Art. 7º — Consideram-se sócios, além dos fundadores, os que forem admitidos por deliberação do conselho deliberativo, mediante proposta de um ou mais sócios, assinadas pelos proponentes e pelo candidato.

Parágrafo único — Na primeira reunião do conselho deliberativo, este resolverá se o proposto deve ou não ser aceito como sócio.

A aceitação ou recusa do candidato será feita por meio de escrutínio secreto.

Art. 8º — Não poderão ser sócios:

- a) as pessoas condenadas por crime infamante ou de falência com sentenças passada em julgado;
- b) as que não observarem a ética comercial.

Art. 9º — Os sócios serão classificados nas seguintes categorias: fundadores, efetivos, beneméritos e correspondentes.

§ 1º — São sócios fundadores, os que assinarem a ata de fundação da sociedade;

§ 2º — São considerados beneméritos aqueles que, embora não associados, tenham prestado serviços relevantes à classe, a juízo da assembleia geral;

§ 3º — São considerados efetivos aqueles que forem aceitos pelo conselho deliberativo;

§ 4º — São correspondentes as pessoas escolhidas pela diretoria para representar a associação nos municípios fora do Estado, e as que se autentarem nestes dois municípios por mais de um ano, quando os associados efetivos e fundadores;

§ 5º — O associado que desejar desligar-se da associação deverá comunicar essa deliberação à diretoria, por meio de ofício, sem o que será sempre responsável pelo pagamento de suas contribuições.

Art. 10 — Os sócios, exceto os beneméritos e correspondentes, ficarão sujeitos ao pagamento da contribuição mensal de acordo com a seguinte tabela, além da jóia de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros): a) com capital até Cr\$ 200.000,00 — Cr\$ 30,00; b) de mais de Cr\$ 200.000,00 até Cr\$ 2.000.000,00 — Cr\$ 50,00; e de mais de Cr\$ 2.000.000,00 — Cr\$ 100,00.

Art. 11 — São direitos dos sócios:

- a) gozar de todas as vantagens que, direta ou indiretamente, a associação lhes possa proporcionar;
- b) frequentar a sede social, biblioteca e secretaria, de conformidade com o regimento interno;
- c) tomar parte, votar e ser votado nas assembleias gerais;
- d) representar a diretoria, pedindo a sua intervenção na defesa de seus direitos, junto aos poderes públicos ou a terceiros;
- e) requer, por escrito, à diretoria, qualquer medida de interesse da classe;
- f) apresentar memoriais, indicações ou propostas que interessem aos fins sociais;
- g) propor sócios efetivos e beneméritos;
- h) usar dos serviços do departamento jurídico, de acordo com as disposições regulamentares;
- i) recorrer para a assembleia geral, como última instância, de todos os atos e deliberações do conselho deliberativo e da diretoria, que violem os preceitos fixados nestes estatutos.

Art. 12 — São deveres dos sócios:

- a) satisfazer ao pagamento de suas contribuições nos prazos próprios;
- b) observar, acatar e cumprir os estatutos sociais, o regimento interno e as deliberações regularmente tomadas pela assembleia geral, conselho deliberativo ou diretoria;
- c) comparecer às assembleias gerais;
- d) aceitar e desempenhar os cargos para os quais forem eleitos;
- e) propugnar pelo engrandecimento e prestígio da associação, proporcionando-lhe sua eficiente e constante colaboração.

Art. 13 — Perderão os direitos de sócios aqueles que:

- a) forem condenados por crime infamante ou falência, com sentença passada em julgado;

b) concorrerem, direta ou indiretamente, para o descrédito da associação;

c) tiverem conduta pública reconhecidamente escandalosa.

Art. 14 — Os sócios que faltarem ao pagamento de suas mensalidades, por mais de seis meses consecutivos, serão eliminados do quadro social, por ato do conselho deliberativo. Entretanto, serão-lhes dado o prazo de quinze dias o pagamento, antes da eliminação.

Art. 15 — É facultado aos sócios individuais fazerem-se representar por procurador, com poderes especiais, nos atos e reuniões das assembleias gerais ordinárias ou extraordinárias da associação.

Art. 16 — Somente poderão ser procuradores de sócios, outros sócios quitos com a tesouraria.

Art. 17 — As firmas coletivas e sociedades anônimas poderão fazerem-se representar por um dos sócios-gerentes ou diretores e, ainda, por seus procuradores gerais, desde que estes exibam prova dessa qualidade.

Art. 18 — Nenhum procurador, entretanto, poderá representar mais de cinco outros associados, e os instrumentos que receberem deverão, especificar para que atos e sessões se destinam, vigorando pelo período máximo de trinta dias.

CAPÍTULO III

Dos órgãos sociais

- Art. 19 — São órgãos sociais:
 - a) a assembleia geral;
 - b) o conselho deliberativo;
 - c) a diretoria;
 - d) o conselho fiscal;
 - e) as comissões especializadas.

CAPÍTULO IV

Da assembleia geral

Art. 20 — A assembleia geral é o órgão soberano da associação e delibera, por simples maioria de votos, acerca de todos os assuntos de interesse social, desde que constem da ordem do dia, e reunir-se-á:

- a) ordinariamente, até o mês de abril, inclusive, de cada ano, para exame e aprovação das contas da administração e, bienalmente, para a eleição do conselho deliberativo, diretoria e conselho fiscal, bem como para tratar de quaisquer assuntos de interesse social;
- b) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem.

§ 1º — As convocações das assembleias gerais, ordinárias e extraordinárias, far-se-ão com a antecedência de oito (8) dias, no mínimo, pela imprensa local e por editais-convites, mencionando dia, hora e local, bem como os assuntos de que esta deverá tratar;

§ 2º — A convocação será feita pelo presidente, ou seu substituto legal, e, em caso de recusa de qualquer um deles, pelo conselho deliberativo, representado pela maioria de seus membros.

Art. 21 — A assembleia geral quer ordinária, quer extraordinária, constituir-se-á validamente, se, no dia, hora e local indicados na convocação comparecerem sócios em número correspondente à metade mais um, pelo menos, da totalidade dos sócios, na falta deste número, se, decorridos quinze minutos, estiverem presentes sócios correspondentes a um terço da totalidade e em qualquer número de sócios, quinze minutos depois.

Art. 22 — A assembleia geral extraordinária convocada para deliberar sobre a reforma dos estatutos sociais ou dissolução da sociedade, terá obrigatoriamente a presença de, no mínimo, dois terços

do total dos sócios, e na segunda reunião, observando o intervalo de seis dias, o quorum será metade mais um, observado-se, neste caso, as disposições contidas no artigo precedente.

Art. 23 — A assembleia geral se comporá unicamente de sócios quitos com a tesouraria.

Parágrafo único — Cada sócio terá um voto correspondente ao seu registro na associação, sendo: as pessoas físicas e as firmas individuais, cada um por si ou procurador credenciado; as sociedades comerciais, por seus representantes legais, cabendo a cada uma delas um único voto.

Art. 24 — A presença dos sócios, nas assembleias gerais, verificar-se-á pelas suas assinaturas ou a de seus representantes legais em livro especialmente destinado a este fim.

§ 1º — A assembleia será presidida pelo presidente da associação ou seu substituto legal, e secretariada pelos secretários;

§ 2º — O presidente da assembleia terá na direção dos trabalhos os mais amplos poderes para coordenar, imparcialmente, as discussões e encerrá-las conceder, denegar ou retirar a palavra; presidir a apuração de quaisquer eleições e escrutínios, proclamando o resultado e, no caso de empate, exercer o voto de qualidade, exceto nas votações secretas.

Art. 25 — De todas as ocorrências da assembleia geral, lavrar-se-á ata fiel e circunstanciada, em livro próprio, que será assinada pelo presidente e demais membros da mesa que dirigiu os trabalhos.

CAPÍTULO V

Do conselho deliberativo

Art. 26 — O conselho deliberativo é o órgão orientador dos trabalhos da associação e resolve ou manifesta-se em caráter decisório, sobre todos os assuntos exorbitantes de mero expediente e que não competirem especialmente à assembleia geral e ao conselho fiscal, fixando as diretrizes gerais da administração e o critério a seguir na solução dos problemas transcendentais das classes.

Parágrafo único — O conselho deliberativo é ainda o colaborador imediato da diretoria, cuja ação deverá fortalecer por meio de sugestões e providências conducentes ao desenvolvimento da associação e à defesa da classe comercial e industrial, seus conselheiro e animador de seus trabalhos.

Art. 27 — O conselho deliberativo compor-se-á do presidente da associação ou seu substituto legal, além de, no mínimo, dez conselheiros efetivos e suplentes em igual número, representativos dos vários ramos de atividade, que serão eleitos pela assembleia geral, bienalmente.

Parágrafo único — O conselho deliberativo preencherá as vagas da diretoria que derem durante o mandato.

Art. 28 — O conselho deliberativo reunir-se-á obrigatoriamente, uma vez por mês, afim de resolver os assuntos oferecidos à discussão pela diretoria, ou por qualquer um dos seus membros.

§ 1º — Além da reunião mensal, poderão ser efetuadas tantas outras quantas o presidente da associação reputar convenientes e sempre que a maioria dos conselheiros a requerirem por escrito ao presidente.

§ 2º — Os membros da diretoria, com amplos direitos de discussão, excluindo o de voto, poderão assistir às reuniões. Esta presença dos membros da diretoria será obrigatória, toda a vez que convocados pelo presidente, ou pela maioria dos conselheiros.

Art. 29 — As reuniões do conse-

lho deliberativo, cuja convocação independente de prazo e outras formalidades, serão dirigidas pelo presidente da associação ou por seu substituto legal e secretariadas por um dos secretários.

§ 1º — As reuniões funcionarão válidamente, quando presentes, no mínimo, um terço dos conselheiros e o presidente, ou seu substituto legal.

§ 2º — As resoluções serão tomadas por simples maioria de votos, observando-se, nas votações, os mesmos princípios da assembléa geral.

§ 3º — Das deliberações tomadas levantar-se-á, em livro próprio, ata sucinta, assinada pelo presidente e componentes da mesa, e deverá ser publicada no Boletim da associação, para conhecimento e conferência por parte dos conselheiros presentes.

Art. 30 — Além das obrigações decorrentes de atribuições coletivas conselho, cabe ainda em particular a cada um dos conselheiros:

a) estabelecer e manter contato com os demais elementos da classe, com necessidade de receber e encaminhar sugestões acerca de medidas adequadas à defesa dos respectivos interesses;

b) cumprir e fazer cumprir fielmente os estatutos sociais, regimento interno e demais deliberações;

c) presidir a comissão especializada de sua classe, dirigir-lhe os trabalhos, bem como encaminhar à diretoria as sugestões e deliberações tomadas;

d) propagar, no seio do conselho deliberativo, pelos interesses da classe ou ramo que representa.

CAPITULO VI

Da diretoria

Art. 31 — A diretoria da associação compõe-se de: presidente, primeiro e segundo vice-presidente, primeiro e segundo secretário, primeiro e segundo tesoureiro.

§ 1º — Não poderão fazer parte, ao mesmo tempo, da diretoria, dois ou mais representantes da mesma firma.

§ 2º — Os membros da diretoria poderão ser reeleitos.

Art. 32 — A diretoria reunir-se-á sempre que for convocada pelo presidente ou seu substituto legal, ou ainda pela maioria de seus membros e as suas deliberações serão tomadas pela simples maioria de votos, podendo deliberar válidamente com a presença de, no mínimo, quatro membros.

Art. 33 — A diretoria compete:

a) a administração econômica da associação;

b) nomear e demitir os funcionários ou substituí-los temporariamente, como julgar necessário, fixando-lhes os ordenados;

c) elaborar os regulamentos internos que se fizerem necessários;

d) nomear necessário, comissões especializadas, para auxiliá-la em suas funções;

e) representar e consultar perante quaisquer departamentos públicos do país sobre assuntos de interesses comerciais ou industriais;

f) cumprir e fazer cumprir os estatutos e as deliberações do conselho deliberativo e da assembléa geral;

g) prestar contas de sua gestão à assembléa geral, por meio de relatório circunstanciado;

h) adquirir livros para a biblioteca da associação, bem como revistas, catálogos e outras publicações que possam interessar à classe, notadamente os Diários Oficiais da União e do Estado;

i) convocar as assembléas gerais ordinárias e extraordinárias;

Parágrafo único — A diretoria

reunir-se-á sempre que for convocada pelo presidente ou pela maioria dos seus membros.

Art. 34 — Ficarão automaticamente eliminado de suas funções o membro da diretoria que, convocado, faltar a oito (8) sessões consecutivas, sem motivo justificativo.

Parágrafo único — Eliminado um dos diretores, pelo motivo constante deste artigo, sua vaga será ocupada pelo substituto legal e, na falta deste, pela forma do parágrafo único do artigo 27 dos Estatutos.

Art. 35 — Compete ao presidente:

a) representar a associação, em juízo ou fora dele;

b) dirigir os trabalhos da diretoria, tendo voto igual aos demais membros e, além desse, o voto de desempate;

c) assinar os ofícios, cartas, representações e demais documentos referentes aos negócios sociais;

d) presidir os trabalhos das assembléas gerais, assinando as respectivas atas;

e) rubricar todos os livros da escrituração social e visar os documentos da tesouraria;

f) convocar a diretoria, o conselho deliberativo e o conselho fiscal, presidindo-lhes as sessões;

g) convocar as assembléas gerais, presidindo-lhes as reuniões;

h) autorizar o pagamento de despesas e contas;

i) assinar os cheques e títulos de responsabilidade da associação.

Art. 36 — Ao primeiro vice-presidente compete:

Substituir o presidente nos seus impedimentos e faltas ocasionais.

Art. 37 — Ao segundo vice-presidente compete:

Substituir o presidente, na falta ou impedimento deste e do 1º vice-presidente.

Art. 38 — Ao primeiro secretário compete:

a) substituir o presidente, na falta ou impedimento deste e dos vice-presidentes;

b) assinar, com o presidente, as atas das reuniões da diretoria e bem assim as ordens e ofícios relativos aos negócios da associação;

Art. 39 — Ao segundo secretário compete:

Auxiliar o primeiro secretário e substituí-lo nas suas faltas e impedimentos ocasionais.

Art. 40 — Ao primeiro tesoureiro compete:

a) assinar os recibos das mensalidades, jóia e anuidades dos sócios, bem como todo e qualquer documento relativo ao movimento do cofre social;

b) promover o recebimento de tudo quanto for devido à associação;

c) pagar as contas que lhe forem apresentadas com o "visto" do presidente;

d) apresentar, mensalmente, à diretoria, o balancete da receita e despesa, publicando-o conjuntamente com o boletim da entidade, de que trata o art. 3º, letra "F";

e) estabelecer, em qualquer dos estabelecimentos bancários da prática, os fundos pertencentes à associação e movimentá-los, mediante cheques assinados conjuntamente com o presidente, sempre que houver necessidade de numerários para a boa administração da entidade.

Art. 41 — Ao segundo tesoureiro compete:

Substituir o primeiro tesoureiro nas suas faltas e impedimentos ocasionais.

CAPITULO VII

Do conselho fiscal

Art. 42 — O conselho fiscal, eleito biennialmente pela assembléa geral ordinária, constituir-se-á de

três membros efetivos e três suplentes que substituirão os primeiros em seus impedimentos e faltas, por ordem de votação.

§ 1º — Não poderão fazer parte do conselho fiscal, ao mesmo tempo, quer como efetivos, quer como suplentes, dois ou mais representantes da mesma firma.

§ 2º — Os membros do conselho fiscal e seus suplentes poderão ser reeleitos.

Art. 43 — Compete ao conselho fiscal:

a) examinar as contas da receita e despesas, livros, registros e demais documentos da administração da associação, emitindo seu parecer escrito sobre o andamento dos negócios sociais que será anexo ao relatório da diretoria;

b) dar parecer sobre assuntos pertinentes às finanças da associação ou de sua administração, quando consultado pelo conselho deliberativo ou pela diretoria.

Parágrafo único — Para o completo desempenho de suas funções, pode o conselho exigir, a qualquer tempo, da diretoria, que se lhe franqueiem a secretaria, a tesouraria e outros departamentos, para proceder às investigações e sindicâncias, podendo ainda denunciar ou emitir parecer sobre atos da administração que julgar prejudiciais à economia da associação.

CAPITULO VIII

Das comissões especializadas

Art. 44 — As comissões especializadas, que se destinam a estudar, sugerir e opinar a respeito de medidas e assuntos pertinentes ao setor de atividade a que pertencem, são auxiliares do conselho deliberativo e da diretoria, com função informativa e consultiva, incumbidas de examinar e encaminhar, para oportuna solução, as sugestões e pareceres que elaborarem.

Art. 45 — Haverá tantas comissões especializadas, representando os diversos ramos de atividade, quantos forem criadas pelo conselho deliberativo, que julgar de sua conveniência e oportunidade, de acordo com os interesses gerais da classe e o bom andamento dos trabalhos sociais.

Art. 46 — O conselho deliberativo poderá extinguir a todo o tempo, e sem maiores formalidades, qualquer comissão especializada, competindo-lhe ainda determinar a sua composição, funcionamento e direção.

CAPITULO IX

Do secretário-executivo e dos funcionários

Art. 47 — Fica criado o cargo de secretário-executivo, remunerado.

Art. 48 — O cargo de secretário-executivo será confiado pela diretoria a pessoa de reconhecida capacidade intelectual e idoneidade moral, à qual incumbirá atender e superintender os serviços burocráticos internos da entidade.

Art. 49 — Todos os funcionários da associação ficam sob a jurisdição do secretário-executivo.

Art. 50 — O secretário-executivo encarregar-se-á também da correspondência social, submetendo-a à consideração e assinatura do presidente e secretários, podendo, na ausência destes últimos, assinar em vez deles.

Art. 51 — O secretário-executivo participará de todas as reuniões da diretoria e do conselho deliberativo afim de prestar, quando solicitado, os esclarecimentos julgados necessários.

Art. 52 — Os funcionários da associação serão tais e tantos quanto a circunstâncias o exigirem, a juízo da diretoria.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO JOSÉ AMIN GHANEM S. A. (EM ORGANIZAÇÃO)

Aviso de convocação

Vva. Baljuth Amin Ghanem, na qualidade de fundadora da Indústria e Comércio José Amin Ghanem S. A., tendo em vista a integral subscrição do capital da mesma firma, convida os senhores subscritores para se reunirem no dia trinta de novembro corrente, às 10 horas, nos escritórios da firma Espólio José Amin Ghanem, nesta cidade de Guararirim, afim de nomearem os peritos que deverão avaliar os bens que entrarão para a formação de parte do capital social.

Guararirim, 19 de novembro de 1956.
Vva. Baljuth Amin Ghanem.

AVISO DE CONVOCACAO

Vva. Baljuth Amin Ghanem, na qualidade de fundadora de "Indústria e Comércio José Amin Ghanem S. A.", em organização, convida os senhores subscritores do capital social, para se reunirem no dia dois de dezembro próximo, às 10 horas, nos escritórios da firma Espólio José Amin Ghanem, na cidade de Guararirim, afim de, em assembléa, deliberarem sobre o laudo de avaliação apresentado pelos senhores peritos e referentes aos bens que deverão entrar para a formação de parte do capital social desta Companhia.

Guararirim, 19 de novembro de 1956.
Vva. Baljuth Amin Ghanem.

(3-2)

(8378)

INDÚSTRIA DE REFRIGERAÇÃO "CONSUL" S. A.

AVISO

Encontram-se à disposição dos senhores acionistas, na sede social, os documentos a que se refere o art. 99 do decreto-lei n. 2.627, de 26 de setembro de 1940.

Joinville, 24 de novembro de 1956.
Egon Freitag, diretor-comercial.

(3-3)

(4178)

CAPITULO X

Disposições gerais

Art. 53 — Os bens imóveis da associação só poderão ser alienados ou gravados, em virtude de autorização expressa da assembléa geral para tal fim especialmente convocada, e com o acompanhamento de mais da metade dos sócios existentes.

Art. 54 — Os casos omissos nestes estatutos e no regimento interno serão resolvidos pelo conselho deliberativo.

Art. 55 — Os presentes estatutos entrarão em vigor na data de sua aprovação.

Os presentes estatutos, com a atual redação, foram aprovados pela assembléa geral de fundação da associação, realizada em data de 6 de outubro de 1956.

Adolfo Bini, presidente.
Siegfried Reiner, 1º vice-presidente.

Geraldo Ax, 2º vice-presidente.
Aldo B. de Macedo, 1º secretário.
Bernardo Mueller, 2º secretário.
Marcos Gramkow, 1º tesoureiro.
Victor Horetz, 2º tesoureiro.

Reconheço verdadeiras as firmas supras de Adolfo Bini, Siegfried Reiner, Geraldo Ax, Aldo B. de Macedo, Bernardo Mueller, Marcos Gramkow, e Victor Horetz Victor Horetz Júnior, dou que dou fé.

Em test. I.K. da verdade

Ibirama, 14 de novembro de 1956.

Ingrid Koffke, tab em exercício.

(13255)

teve lugar interessante discussão, francamente favorável aos projetos em foco, tendo a votação que fora feita em partes, com abstenção dos impedidos por lei dado o seguinte resultado: a) quanto ao aumento de capital: foi aprovado, por unanimidade, o aumento do capital social de Cr\$ 1.500.000,00 para Cr\$ 2.400.000,00, devendo a diferença ser coberta com a sobre resultante da reavaliação de parte dos nossos imóveis; esta reavaliação recairá sobre as glebas ns. 1, 3, 4 (remanecente) e 5, especificados no "memorial descritivo" que fez parte dos atos constitutivos da nossa sociedade, no ano de 1940 e que não foram atingidos por uma reavaliação voluntária da nossa firma, no ano de 1947; achando-se as glebas ns. 1, 3 e 5 e os remanecentes da gleba n. 4 contabilizados pelo mesmo preço de custo com que foram incorporados no ativo, ao fundar-se nossa sociedade, e que corresponde, neste momento, precisamente a Cr\$ 150.000,00, e perfeitamenteável a sua reavaliação à base do coeficiente 6, fixado pelo art. 5º da lei 2.862 de 4 de setembro para bens adquiridos no decorrer dos anos de 1940 até 1942; atingida, destarte, a importância de Cr\$ 900.000,00, fica totalmente coberto o projetado aumento de capital e que, agora efetivado, deverá ser distribuído aos atuais detentores de ações, proporcionalmente, isto é, à base de 60% de sua atual participação; que sejam recolhidas as ações, presentemente em circulação, e substituídas por outras da nova emissão, recebendo cada acionista por cada ação antiga de Cr\$ 5.000,00 oito novas ações do valor nominal de Cr\$ 1.000,00 cada uma; b) quanto ao projeto dos estatutos: foi aprovado também, sem restrições e por unanimidade, o ante-projeto dos estatutos; que estes estatutos sejam transcritos no final desta ata e publicados com a mesma, na forma da lei. c) quanto ao preenchimento de cargos eletivos: foi eleito, em escrutínio secreto, para o cargo de diretor-suplente o sr. Guilherme Reis, antigo funcionário da sociedade, que será convocado, quando preciso for, na forma prevista pelos estatutos; consultado o sr. Guilherme Reis aceitou sua investidura nestas condições. Diante disso, considerando que não houve subscrições de capital em dinheiro, dispensável se torna o depósito da décima parte em Banco, a que se refere o art. 36 nº 3 do decreto-lei 2.627 de 26-9-1940, como dispensável é o boletim de subscrições, o mesmo acontecendo com o prazo de preferência previsto no art. 78, letra "d" e no art. 113 do decreto-lei, pois foi observada rigorosa proporcionalidade na distribuição das ações a serem emitidas e provenientes da reavaliação, diante disso, repetidas, declarou o presidente definitivamente incorporado, ao capital social, o aumento de Cr\$ 900.000,00. Declarou também em pleno vigor, a partir desta data, os estatutos aprovados e eleito o sr. Guilherme Reis para o cargo de diretor-suplente a ser convocado, quando preciso for, na forma prevista nos estatutos sociais. Determinou ainda que fosse pago, na Colômbia Federal desta cidade, o selo por verba correspondente ao aumento de capital e que o comprovante e as certidões negativas do Imposto de Renda e da Colômbia Estadual fossem juntados aos demais documentos. Com a palavra o presidente, disse que os novos estatutos determinavam fossem fixados os vencimentos dos senhores diretores, tendo um acionista sugerido que fossem assim fixados até ulterior deliberação: Cr\$ 15.000,00 mensais ao diretor-presidente e Cr\$ 7.000,00 mensais ao diretor-gerente. Quanto ao diretor-suplente, terá a mesma remuneração do diretor-gerente, quando convocado for para exercer funções administrativas, conforme, aliás, o determinam os estatutos. Esta sugestão foi aceita pela casa, tendo deixado de se pronunciar, quanto à sua pessoa, os diretores em apreço, motivo porque o presidente declarou em vigor estes vencimentos. Exgotada a matéria da ordem do dia, ninguém querendo fazer uso da

palavra, o presidente determinou que fossem transcritos, a seguir, os estatutos ora aprovados e que fôsse lavrada esta ata que, depois de lida e achada conforme, é assinada por todos os presentes. Joinville, 29 de setembro de 1956. (ass.) Conrado Kuehne, presidente; Guilherme Reis, secretário. (ass.) Conrado Kuehne, Clara Kuehne, Theodoro Kuhlhoff, Norberto Hagemann e Guilherme Reis. A presente cópia datilografada é a transcrição fiel do que consta do livro de atas das assembleias gerais. Joinville, 29 de setembro de 1956. Guilherme Reis, secretário da assembleia geral.

Reconheço verdadeira a firma supra de Guilherme Reis, do que dou fé. Em test. A. A. B., da verdade. Joinville, 1º de outubro de 1956. O tabelião: Ayrton Adolfo de Braga

ESTATUTOS DAS INDÚSTRIAS REUNIDAS C. KUEHNE S. A.

CAPÍTULO I

Da denominação, sede, fins e duração da sociedade

Art. 1º — Sob a denominação de Indústrias Reunidas C. Kuehne S. A. fica constituída uma sociedade anônima com sede e fóro na cidade e comarca de Joinville, Estado de Santa Catarina, que regida por estes estatutos e pela legislação vigente.

Art. 2º — A sociedade tem por objeto a exploração industrial de um cortume e o comércio de couros, podendo dedicar-se a outros ramos, a juízo da diretoria ou da assembleia geral.

Art. 3º — A duração da sociedade será de tempo indeterminado.

CAPÍTULO II

Do capital social

Art. 4º — O capital social é de Cr\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentas mil cruzeiros), dividido em 2.400 ações ordinárias, integralizadas, da importância de Cr\$ 1.000,00 cada uma.

Parágrafo único — Para os devidos efeitos fica o capital social assim distribuído: Cr\$ 1.400.000,00 para o industrial e comercial; Cr\$ 1.000.000,00 para os imobilizados.

Art. 5º — As ações são emitidas ao portador e assinadas por dois membros da diretoria e poderão ser substituídas por simples cauteles, representando uma ou mais ações, que deverão estar munidas das formalidades legais.

Art. 6º — As ações são indivisíveis em relação à sociedade que só reconhece um dono para cada uma.

Art. 7º — Cada ação dá direito a um voto.

CAPÍTULO III

Da administração

Art. 8º — A administração da sociedade será exercida por uma diretoria composta de dois membros efetivos, intitulados diretor-presidente e diretor-gerente, eleitos pela assembleia geral, por 5 anos, de modo a coincidirem os termos dos seus mandatos. Pela mesma assembleia e pelo mesmo espaço de tempo, será eleito um suplente que, quando convocado, assinará como diretor-suplente.

Art. 9º — Fica o diretor-presidente investido de ilimitados poderes de administração em geral, de representação da sociedade, podendo assinar, isoladamente, todo e qualquer documento, sem restrição alguma e fazer e determinar tudo que preciso for para o completo e perfeito desempenho de sua investidura.

Art. 10 — Cabe ao diretor-gerente a direção comercial do estabelecimento, com direito de representar a sociedade em Juízo ou fora e de assinar isoladamente todos os documentos em repartições públicas federais, estaduais e municipais, em autarquias, bem como praticar operações de comércio e bancárias, para isso assinando, emitindo, aceitando e endossando cheques, letras de câmbio, promissórias, duplicatas de contas assinadas, contratos de câmbio, de caução e de empréstimos, movimentando contas nos Bancos e estabelecimentos de crédito, públicos ou particulares, constituindo procuradores "ad-judicia" e "ad-negotia" bem como autostabelecer, tudo isoladamente.

Art. 11 — Ao diretor-suplente cabe auxiliar a administração da sociedade, quando para este fim for convocado pelo diretor-presidente ou pelo diretor-gerente.

§ 1º — O diretor-suplente, quando convocado, fica investido de poderes iguais aos previstos para o diretor-gerente.

§ 2º — O diretor-suplente terá remuneração igual à do diretor-gerente, quando convocado para o exercício de funções administrativas.

Art. 12 — Os honorários dos diretores serão fixados pela assembleia geral.

Art. 13 — Levarão duas assinaturas, de dois diretores ou de um diretor e um membro do conselho fiscal os documentos referentes à alienação de bens sociais, deliberada pela assembleia geral, bem como as ações da sociedade ou as cauteles correspondentes.

Art. 14 — Cada diretor efetivo cautionará sua gestão com cinco ações da sociedade, própria ou de terceiros, cabendo proceder da mesma forma o diretor-suplente, quando convocado.

Art. 15 — O empossamento dos diretores será feito pela assembleia geral que os eleger ou pela diretoria predecessora.

Art. 16 — Em negócios estranhos a sociedade é expressamente vedado aos diretores prestar fianças, dar caucões, avaliar, endossar ou assinar quaisquer documentos que acarretem obrigações financeiras ou morais à sociedade.

Art. 17 — A fiscalização da sociedade será exercida por um conselho fiscal de três membros efetivos e por suplentes em igual número. Os suplentes servirão na ordem que os eleger. Sua remuneração será fixada pela assembleia geral.

CAPÍTULO IV

Da assembleia geral

Art. 18 — A assembleia geral ordinária reunir-se-á em dia dos primeiros quatro meses de cada ano e a extraordinária, sempre que convocada pelos órgãos legalmente autorizados. Ambas serão presididas por um dos diretores ou, em casos muito especiais, por acionista aclamado.

Art. 19 — A convocação das assembleias gerais será feita, normalmente, pela diretoria, salvo em casos especiais, quando poderá ser convocada pelo conselho fiscal ou ainda por um grupo de acionistas, representando pelo menos 40% do capital, com direito a voto.

Art. 20 — Nas assembleias somente se discutirão, além dos assuntos exigidos por lei, os constantes do edital de convocação. Objetos não enquadrados nestes limites somente poderão ser incluídos na ordem do dia com o assentimento da maioria dos acionistas presentes.

CAPÍTULO V

Do balanço

Art. 21 — O balanço anual terá lugar no dia 31 de dezembro de cada ano.

Art. 22 — Dos lucros apurados, depois das depreciações de praxe e as estatuídas pelo decreto-lei 2.627 de 26-9-40, será destinada uma porcentagem aos administradores, a juízo da diretoria e sujeita a posterior aprovação da assembleia geral.

Parágrafo único — Da importância líquida que sobrar, será formado o dividendo e, se possível for, destinada uma dotação para o fundo de previsão ou outro, cujas importâncias serão determinadas pela diretoria e ficam sujeitas à sanção da assembleia geral. Joinville, 8 de setembro de 1956.

Conrado Kuehne, diretor; Theodoro Kuhlhoff, diretor.

N. 10.067 — Conferida e arquivada por despacho da Junta Comercial em sessão de hoje. Pagou na primeira via Cr\$ 101,50 de selos federais para arquivamento.

Secretaria da Junta Comercial de Santa Catarina, em Florianópolis, 18 de outubro de 1956.

O secretário: Eduardo Nicolich. A primeira via é de igual teor e fica arquivada na secretaria da Junta Comercial do Estado, em Florianópolis, 18 de outubro de 1956.

Eduardo Nicolich, secretário.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Certifico em virtude do despacho do sr. presidente da Junta Comercial, exarado no requerimento sob número três mil duzentos e setenta e seis (3.276), datado de cinco (5) de outubro do corrente ano, do senhor Guilherme Urban, residente na cidade de Joinville, neste Estado, que dos documentos arquivados nesta Junta Comercial do Estado, consta à ata da assembleia geral extraordinária da firma Indústrias Reunidas C. Kuehne S. A., com sede na comarca de Joinville, da qual consta: a) talão número quatrocentos e oitenta e três (483) da Colômbia das Rendas Federais em Joinville, neste Estado, na importância de Cr\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos cruzeiros), proveniente do selo por verba de aumento de capital em Cr\$ 900.000,00 (novecentos mil cruzeiros); b) certidão negativa da Delegacia Seccional do Imposto de Renda em Joinville, de acordo com o decreto-lei número quatro mil cento e setenta e oito (4.178) de treze (13) de março do ano de mil novecentos e quarenta e dois (1942); c) certidão negativa da Colômbia Estadual de Joinville, de conformidade com o decreto-lei número quatorze (14) de vinte e dois (22) de junho do ano de mil novecentos e cinquenta e um (1951). É o que há com relação ao pedido do suplicante, pelo que, eu, Eduardo Nicolich, secretário da Junta Comercial do Estado, mandei datilografar a presente certidão, que conferi, subscrevi e assino aos seis (6) dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e cinquenta e seis (1956).

Secretaria da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis, 6 de novembro de 1956.

Eduardo Nicolich, secretário. (4081)

FECULARIA RIO MOLHA S. A.

Ata da assembleia geral extraordinária

Convocada em rigorosa obediência ao disposto no artigo 88, do Decreto-lei n. 2.627, de 26 de setembro de 1940, conforme editais publicados no "Diário Oficial" do Estado em 1º, 2 e 3/10 e no "Jornal 'A Notícia'", de Joinville, em datas de 22, 23 e 25/9, instalou-se a presente assembleia geral extraordinária, pelas 14 horas, estando presentes acionistas representando a totalidade do capital em ações, conforme acusa o livro de presença. Assumiu a presidência, na forma prevista pelos estatutos, o diretor-gerente Adolfo Antônio Emmendorfer, que, após verificar e achar conformes as ações previamente depositadas, convidou a mim, Arthur A. Mey, para servir de secretário. Dando início aos trabalhos, disse o sr. presidente dos motivos da convocação que era para apreciar e deliberar sobre os assuntos tratados pela diretoria em sua "exposição justificativa", já acompanhada do parecer do conselho fiscal, cuja leitura determinei e que se achavam lidos nos seguintes termos: 1 — Exposição justificativa. Senhores acionistas. Em conformidade com o disposto no artigo 108, do decreto-lei n. 2.627, de 26-9-1940 vimos a presença de vv. ss. para sugerir-lhes a elevação do capital social que de há muito se vem mostrando insuficiente para o giro comercial da nossa indústria, bem como a adaptação, ao melhor atualização, do nosso estatuto social. Os alarmismos do nosso último balanço, encerrado em 31 de dezembro de 1955, si por um lado mostram a lisonjeira situação econômica da nossa sociedade, não exprimem, pelo outro, nitidamente, a situação financeira da mesma, já porque figuram, na rubrica "ativo" do passivo, importâncias que pertencem aos nossos associados e que, por isso mesmo, poderiam e deveriam ser convertidas em capital. Com o propósito, pois, de darmos uma mais precisa e nítida expressão a nossa situação econômico-financeira, a par de maior elasticidade aos recursos sociais.

propomos: que o capital da nossa sociedade seja elevado de Cr\$ 800.000,00 para Cr\$ 2.400.000,00, emitindo-se 1.600 novas ações ordinárias no portador; que o aumento, no valor global de Cr\$ 1.600.000,00 poderá ser subscrito em dinheiro (devidamente 10% ser realizado no ato da subscrição) ou em direitos creditórios, que, se possível, seja este aumento totalmente tomado pelos atuais acionistas, na rigorosa proporção de 2 novas ações por cada uma das atuais, caso em que se poderá dispensar o prazo previsto para a preferência a que se referem o art. 78, letra "d" e o art. 113 do Decreto-lei n. 2.627, de 26-9-40; que, uma vez aprovado o aumento do capital a que nos referimos, sejam alterados os estatutos sociais na forma constante do projeto anexo. Nesse conselho fiscal, a quem estamos encaminhando esta "exposição justificativa" para fins de apreciação e pronunciamento, a encaminhará a essa soberana assembleia geral extraordinária, acompanhada de juízo parecer. Jaraguá do Sul, 20 de setembro de 1956. (Ass.) Adolfo Antônio Emmendoerfer, diretor-gerente. Raimundo Adolfo Emmendoerfer, diretor-técnico. 2º - Farczer Co conselho fiscal. Os abaixo-firmados, membros efetivos do conselho fiscal da Fecularia Rio Molha S. A., reunidos especialmente para apreciar e julgar as propostas constantes da "exposição justificativa" que a diretoria vem de encaminhar à assembleia geral extraordinária que convocou para o dia 6 de outubro p. vindouro, na qual sugere um aumento do capital social e nova redação dos estatutos sociais, resolveram, de comum acordo, após acurado estudo, pronunciar-se como segue: 1º - favoravelmente ao aumento do capital na importância de Cr\$ 1.600.000,00, passando a sociedade a girar, futuramente, com um capital global de Cr\$ 2.400.000,00; 2º - favoravelmente, também, a que parte das subscrições sejam feitas em direitos creditórios pelos acionistas que tiverem saldos disponíveis junto à sociedade; 3º - favoravelmente, ainda, a que as subscrições em dinheiro possam ser feitas para realizar no ato apenas 10% e sobre o restante seja concedido um pequeno prazo aos subscritores; 4º - favoravelmente, finalmente, a que se procure colocar o aumento, se possível, totalmente entre os antigos acionistas, observando a proporção de 2 novas ações por cada uma das antigas, caso em que será dispensável o prazo de preferência a que se refere o art. 78, letra "d" e o art. 113, do Decreto-lei n. 2.627, de 26-9-40; 5º - favoravelmente, "in-tantum" à nova redação que deverá ser dada aos estatutos sociais. Jaraguá do Sul, 22 de setembro de 1956. (Ass.) Bernardo Grubba Júnior, Francisco Fischer Júnior, Eugênio Silva. Terminada a leitura, teve lugar interessante discussão, francamente a favorável aos projetos em foco, tendo a votação dado o seguinte resultado: a) foi aprovado por unanimidade o aumento de capital social de Cr\$ 800.000,00 para Cr\$ 2.400.000,00, podendo a importância do aumento ser subscrito em dinheiro ou em direitos creditórios e dispensando-se o prazo de preferência a que se referem o art. 78, letra "d" e art. 113, do Decreto-lei n. 2.627, de 26-9-40, se a subscrição for feita totalmente pelos antigos acionistas, na rigorosa proporção de suas atuais participações, acusadas por livro de presença, desta assembleia; b) foi aprovada, também, por unanimidade, a nova redação dos estatutos sociais. Nesta altura um acionista sugeriu que se suspendesse os trabalhos pelo prazo de meia hora, para que os detentores de ações pudessem levar a efeito as suas subscrições, no que foi atendido, após consulta à casa e proferida uma sociedade anônima, com sede e fóro na cidade e comarca de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, que será regida por estes estatutos e pela legislação vigente.

tem a existência de tais direitos, os senhores Guilherme Urban, industrial, Odimir Gilberto Fischer, bancário, e Horst R. E. Busch, contador, que, convidados a virem ao recinto e consultados, aceitaram a incumbência, prometendo dar imediato início à tarefa e de apresentarem o seu laudo dentro de trinta minutos no prazo que o presidente determinou nova interrupção dos trabalhos, por meia hora. Decorrido este prazo, o presidente deu relíquio aos trabalhos e mandou ler o laudo dos peritos que se achava assim redigido: Laudo de verificação. Os abaixo-firmados, nomeados pela presidência da assembleia geral extraordinária da Fecularia Rio Molha S. A., presentemente reunida na sede daquela firma, para verificarem se existem direitos creditórios que comportem as subscrições com que os diversos acionistas concorreram para o aumento de capital da entidade em apreço, reuniram-se para este efeito e, após rigoroso exame nos livros comerciais, constataram existir margem suficiente para as subscrições feitas pelos senhores Adolfo Antônio Emmendoerfer, Raimundo Adolfo Emmendoerfer, João Emmendoerfer, Hartwig Weber e Rodolfo Emmendoerfer. E, para constar e para que faça os devidos efeitos, assinam este laudo. Jaraguá do Sul, 6 de outubro de 1956. (Ass.) Guilherme Urban, Odimir Gilberto Fischer, Horst R. E. Busch. Em discussão e votação, foi o laudo aprovado pela casa, sem qualquer restrição. Diante disso, considerando que é perfeitamente dispensável o prazo de preferência a que se referem o art. 78, letra "d" e o art. 113, do Decreto-lei n. 2.627, de 26-9-40, dada a rigorosa proporcionalidade observada na tomada das novas ações; o presidente declarou definitivamente incorporado o aumento de Cr\$ 1.600.000,00 no nosso capital social e em pleno vigor, a partir desta data, os estatutos em sua nova redação ora aprovada. Determinou que, para os efeitos legais e fiscais, fossem ainda providenciados: o pagamento do selo por verba, na Coletoria Federal desta cidade, referente ao aumento de capital; o depósito, em estabelecimento bancário desta cidade, da décima parte subscrita em dinheiro; certidões negativas da Delegacia Seccional do Imposto de Renda e da Coletoria Estadual; devendo os comprovantes respectivos serem juntados a esta ata. Deixaram de tomar parte nas votações as pessoas impedidas por lei. Exortada a matéria da ordem do dia, ninguém querendo fazer uso da palavra, o presidente declarou encerrados os trabalhos e determinou a lavratura desta ata que, depois de lida e achada conforme, e assinada pelos presentes. Jaraguá do Sul, 6 de outubro de 1956. (Ass.) Adolfo Antônio Emmendoerfer, presidente. Arthur A. Mey, secretário. (Ass.) Adolfo Antônio Emmendoerfer, Raimundo Adolfo Emmendoerfer, João Emmendoerfer, Hartwig Weber, Rodolfo Emmendoerfer, Arthur Breithaupt, Arthur A. Mey. A presente cópia dactilografada é a transcrição fiel do que consta do livro de atas das assembleias gerais. Jaraguá do Sul, 6 de outubro de 1956. Arthur A. Mey, secretário da assembleia geral extraordinária.

Racôgnho verdadeira a firma supra de "d" A. Mey. Jaraguá do Sul, 9 de outubro de 1956. Em test, MT, da verdade. O tabelião: Mario Tavares.

ESTATUTOS

CAPÍTULO I

Da denominação, sede, fins e duração da sociedade

Art. 1º - Sob a denominação de "Fecularia Rio Molha S. A." fica constituída uma sociedade anônima, com sede e fóro na cidade e comarca de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, que será regida por estes estatutos e pela legislação vigente.

Art. 2º - A sociedade tem por objeto a exploração da indústria e do comércio de féculas, goma e derivados, podendo dedicar-se a outros ramos, a juízo da diretoria ou da assembleia geral.

Art. 3º - A duração da sociedade será de tempo indeterminado.

CAPÍTULO II

Do capital social

Art. 4º - O capital social é de Cr\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil cruzeiros), dividido em 2.400 ações ordinárias, da importância de Cr\$ 1.000,00 cada uma.

Parágrafo único - Para os devidos efeitos fica o capital social assim distribuído: Cr\$ 1.400.000,00 para o giro industrial da sociedade. Cr\$ 1.000.000,00 para os imobilizados da sociedade.

Art. 5º - As ações são emitidas ao portador e assinadas por dois diretores e poderão ser substituídas por simples cauteles que representem uma ou mais ações e deverão estar munidas das exigências legais.

Art. 6º - As ações são indivisíveis em relação à sociedade que só reconhece um dono para cada uma.

Art. 7º - Cada ação dá direito a um voto.

CAPÍTULO III

Da administração

Art. 8º - A administração da sociedade será exercida por uma diretoria composta de dois membros efetivos, intituídos diretor-gerente e diretor-técnico, eleitos pela assembleia geral, por 5 anos, de modo a coincidirem os termos de seus mandatos.

Art. 9º - Ficam os diretores investidos dos mais amplos poderes de administração em geral, de representação da sociedade, podendo assinar, isoladamente todo e qualquer documento, em representação pública federal, estadual e municipais, autarquias, bem como praticar operações de comércio e bancárias, para isso assinando, emitindo, aceitando e endossando cheques, letras de câmbio, promissórias, duplicatas de contas assinadas, contratos de câmbio, de caução e de empréstimos, movimentando contas nos bancos e estabelecimentos de crédito, públicos ou particulares, constituir procuradores "ad-judicia" e "ad-negotia", sub-tabelecer, fazendo tudo que preciso for, sem restrição alguma, para o perfeito desempenho de suas investidas.

Art. 10º - Os diretores distribuirão, entre si, os serviços que lhes cabe, ficando afeta a direção comercial ao diretor-gerente, enquanto o diretor-técnico se encarregará da parte industrial do estabelecimento.

Art. 11º - Os honorários dos diretores serão fixados pela assembleia geral.

Art. 12º - Levarão duas assinaturas de dois diretores ou de um diretor e um membro do conselho fiscal os documentos referentes à alienação de bens sociais, deliberada pela assembleia geral, bem como as ações da sociedade ou as cauteles correspondentes.

Art. 13º - Cada diretor cautionará sua gestão com 10 ações da sociedade, própria ou de terceiros.

Art. 14º - Os diretores, em conjunto, poderão admitir, temporária ou definitivamente, empregados de todas as categorias, inclusive gerentes, fixando-lhes os vencimentos e outras vantagens e determinando-lhes as suas atribuições, podendo demiti-los sempre que isso for da conveniência da sociedade.

Art. 15º - O empossamento dos diretores é feito pela assembleia geral que os eleger ou pela diretoria predecessora.

Art. 16º - Em negócios estranhos à sociedade é expressamente vedado aos diretores prestar fianças, dar caucões, avalisar, endossar ou assinar quaisquer documentos que acarretem obrigações financeiras ou morais à sociedade.

Art. 17º - A fiscalização da sociedade será exercida por um conselho fiscal de três membros efetivos e por suplentes, em igual número, eleitos anualmente, cuja remuneração será fixada pela assembleia geral.

Parágrafo único - Os suplentes servirão na ordem de sua menção na ata da assembleia que os eleger.

CAPÍTULO IV

Da assembleia geral

Art. 18º - A assembleia geral ordinária reunir-se-á em dia dos primeiros qua-

tro meses de cada ano e a extraordinária, sempre que convocada pelos órgãos legalmente autorizados.

Ambas serão presididas por um dos diretores ou, em casos muito especiais, por acionista aclamado.

Art. 19º - A convocação das assembleias gerais será feita, normalmente, pela diretoria, salvo em casos especiais, quando poderá ser convocada pelo conselho fiscal ou ainda por um grupo de acionistas, representando pelo menos 40% do capital, com direito a voto.

Art. 20º - Nas assembleias gerais somente se discutirão, além dos assuntos exigidos por lei, os documentos do edital de convocação, dependendo do assentimento da maioria dos acionistas presentes a inclusão, na ordem do dia, de objetos não enquadrados nestes limites.

CAPÍTULO V

Do balanço

Art. 21º - O balanço anual terá lugar no dia 31 de dezembro de cada ano.

Art. 22º - Dos lucros apurados, depois das depreciações de praxe e as estatuídas pelo Decreto-lei n. 2.627, de 26-9-40 será destinada uma porcentagem nos administradores, a juízo da diretoria e sujeita à sanção da assembleia geral.

Parágrafo único - Do líquido que sobrar, será formado o dividendo e, se possível, destinada uma dotação para um fundo de reserva, cujas importâncias serão determinadas pela diretoria e ficarão sujeitas a aprovação da assembleia geral.

CAPÍTULO VI

Disposições transitórias

Art. 23º - A diretoria eleita na assembleia geral ordinária de 14 de fevereiro de 1956 terminará o seu mandato com a assembleia geral ordinária de 1961, isto é, que aprovar as contas do exercício de 1960.

Jaraguá do Sul, 20 de setembro de 1956. Adolfo Antônio Emmendoerfer, diretor-gerente. Raimundo Adolfo Emmendoerfer, diretor-técnico. N. 10.159 - Conferida e arquivada por despacho da Junta Comercial em sessão de hoje. Pagou na primeira via Cr\$ 101,50 de selos federais para arquivamento. Secretária da Junta Comercial de Santa Catarina, em Florianópolis, 18 de outubro de 1956. O secretário: Eduardo Nicolich. A primeira via é de igual teor e fica arquivada na secretaria da Junta Comercial do Estado, em Florianópolis, 18 de outubro de 1956. Eduardo Nicolich, secretário.

LISTA DE SUBSCRIÇÃO DO AUMENTO DE CAPITAL NA IMPORTANCIA DE Cr\$ 1.600.000,00

- Nome dos subscritores - Nacionalidade - Estado civil - Residência atual - Ações subscritas - Quant. - Espécie - Importância subscrita - Realizável em: - Assinaturas dos subscritores.
- Adolfo Antônio Emmendoerfer, brasileiro, casado, Jaraguá do Sul, 440, ord/portador, 440.000,00, direitos creditórios, Adolfo Antônio Emmendoerfer.
- Adolfo Antônio Emmendoerfer, brasileiro, casado, Jaraguá do Sul, 24, ord/portador, 24.000,00, dinheiro, no ato, Adolfo Antônio Emmendoerfer.
- Adolfo Antônio Emmendoerfer, brasileiro, casado, Jaraguá do Sul, 190, ord/portador, 190.000,00, dinheiro, em 30 dias, Adolfo Antônio Emmendoerfer.
- Raimundo Adolfo Emmendoerfer, brasileiro, casado, Jaraguá do Sul, 698, ord/portador, 698.000,00, direitos creditórios, Raimundo Adolfo Emmendoerfer.
- João Emmendoerfer, brasileiro, casado, Jaraguá do Sul, 52, ord/portador, 52.000,00, direitos creditórios, João Emmendoerfer.
- João Emmendoerfer, brasileiro, casado, Jaraguá do Sul, 1, ord/portador, 1.000,00, dinheiro, no ato, João Emmendoerfer.
- João Emmendoerfer, brasileiro, casado, Jaraguá do Sul, 7, ord/portador, 7.000,00, dinheiro, em 30 dias, João Emmendoerfer.
- Hartwig Weber, brasileiro, casado, Ja-

raguá do Sul, 7, ord/portador, 7.000,00, direitos creditórios, Hartwig Weber.

Hartwig Weber, brasileira, casado, Jaraguá do Sul, 2, ord/portador, 2.000,00, dinheiro, no ato, Hartwig Weber.

Hartwig Weber, brasileira, casado, Jaraguá do Sul, 15, ord/portador, 15.000,00, dinheiro, em 30 dias, Hartwig Weber.

Rodolfo Emmendorfer, brasileira, solteiro, Jaraguá do Sul, 3, ord/portador, 3.000,00, direitos creditórios, Rodolfo Emmendorfer.

Rodolfo Emmendorfer, brasileira, solteiro, Jaraguá do Sul, 2, ord/portador, 2.000,00, dinheiro, no ato, Rodolfo Emmendorfer.

Rodolfo Emmendorfer, brasileira, solteiro, Jaraguá do Sul, 9, ord/portador, 9.000,00, dinheiro, em 30 dias, Rodolfo Emmendorfer.

Arthur Brethaupt, brasileira, casado, Jaraguá do Sul, 14, ord/portador, 14.000,00, dinheiro, no ato, Arthur Brethaupt.

Arthur Brethaupt, brasileira, casado, Jaraguá do Sul, 126, ord/portador, 126.000,00, dinheiro, em 30 dias, Arthur Brethaupt.

Arthur A. Mey, brasileira, casado, Jaraguá do Sul, 1, ord/portador, 1.000,00, dinheiro, no ato Arthur A. Mey.

Arthur A. Mey, brasileira, casado, Jaraguá do Sul, 9, ord/portador, 9.000,00, dinheiro, em 30 dias, Arthur A. Mey.

Total: 1.600 — 1.600.000,00.

Resumo:
Em dinheiro, pagável no ato — 44.000,00
Em dinheiro, pagável em 30 dias — 356.000,00

Em direitos creditórios — 1.200.000,00.

Total — Cr\$ 1.600.000,00.

Jaraguá do Sul, 6 de outubro de 1956.
Adolfo Antônio Emmendorfer, presidente da assembleia geral extraordinária.
Arthur A. Mey, secretário da assembleia geral extraordinária.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO

Certifico, em virtude do despacho do sr. presidente da Junta Comercial, exarado no requerimento sob número três mil duzentos e oitenta e um (3.281), datado de nove (9) de outubro do corrente ano, do senhor Guilherme Urban, residente na cidade de Joinville, neste Estado, que dos documentos arquivados nesta Junta Comercial do Estado, consta a ata da assembleia geral extraordinária, da firma "Fecularia Rio Molha Sociedade Anônima", com sede na cidade de Jaraguá do Sul, neste Estado, da qual consta: (A) Talão número quarenta e quatro (44) da Coleção das Rendas Federais em Jaraguá do Sul, na importância de Cr\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos cruzeiros) proveniente ao aumento do capital de Cr\$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil cruzeiros); (B) Recibo passado pelo gerente e tesoureiro do Banco Nacional do Comércio na importância de Cr\$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros), correspondente a décima parte do capital em dinheiro, de acordo com o Decreto-lei número dois mil e seiscentos e vinte e sete (2.627) de vinte e seis (26) de setembro do ano de mil novecentos e quarenta e quatro (1940) e artigo 1º do Decreto-lei número cinco mil novecentos e trinta e seis (5.936) de 1º de dezembro do ano de mil novecentos e quarenta e três (1943); (C) Certidão negativa da Delegacia Seccional do Imposto de Renda em Joinville, certidão negativa extraída na Coleção Estadual de Jaraguá do Sul, de acordo com o Decreto-lei número quatorze (14) de vinte e dois (22) de junho do ano de mil novecentos e cinquenta e um (1951). É o que há com relação ao pedido do suplicante pelo que, eu, Eduardo Nicolich, secretário da Junta Comercial do Estado, mandei dactilografar a presente certidão, que conferi, subscrevi e assino aos seis (6) dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e cinquenta e seis (1956). Secretário da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis, 6 de novembro de 1956. Eduardo Nicolich, secretário.

(4082)

FLAÇÃO SÃO BENTO S. A.

Ata da assembleia geral extraordinária

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro de mil novecentos e cinquenta e seis, pelas 10 horas, no escritório desta sociedade, à Estrada dos Banhados s. n., nesta cidade de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, realizou-se a assembleia geral extraordinária de acionistas da Flação São Bento S. A., convocada para tomar conhecimento dos assuntos constantes da "ordem do dia", no respectivo edital publicado no "Diário Oficial" do Estado de Santa Catarina, edições ns. 5.707, 5.709 e 5.710, respectivamente de 19, 2 e 3 de outubro do corrente ano e na "A Notícia", jornal que se edita na cidade de Joinville, edições ns. 6.953, 6.954 e 6.955, respectivamente de 27, 28 e 29 de setembro p.p. e que tem o seguinte teor: "Flação São Bento S. A. Assembleia geral extraordinária. Convocação. Pelo presente ficam convidados os senhores acionistas desta sociedade, para a assembleia geral extraordinária, a realizar-se no dia 25 de outubro do corrente ano, às 10 horas, na sede social, à Estrada dos Banhados s. n., nesta cidade de São Bento do Sul, afim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1º) Aumento do capital social pela incorporação de reservas e mediante reavaliação do ativo; 2º) Alteração parcial dos estatutos sociais. São Bento do Sul, 25 de setembro de 1956. Otto Eduardo Lepper, diretor-presidente; João Theodoro Meinert, diretor-gerente. Verificando, pelas assinaturas no "livro de presença dos acionistas", o comparecimento de acionistas representando mais de dois terços do capital social, com direito a voto, procedeu-se na forma do artigo 17 dos estatutos sociais, a constituição da mesa, assumindo a presidência o sr. Otto Eduardo Lepper, o qual convidou a mim, Yolanda E. Maul, para servir de secretária a esta sessão. O sr. presidente declarou instalada a assembleia e, iniciando os trabalhos, passou ao item 1º da "ordem do dia" que trata do "aumento do capital social pela incorporação de reservas e mediante reavaliação do ativo", pedindo a mim, secretária, que procedesse a leitura da exposição justificativa da diretoria, bem como do parecer do conselho fiscal, cujos documentos se achavam sobre a mesa e cujo teor passo a transcrever: "Flação São Bento S. A. Exposição justificativa da diretoria para o aumento do capital social da Flação São Bento S. A. Srs. acionistas. A diretoria da Flação São Bento S. A., têm a honra de submeter a deliberação da assembleia geral dos senhores acionistas, uma proposta para o aumento do capital social. Tendo em vista os favores do artigo 5º, da Lei n. 2.862, de 4 de setembro de 1956, que permite o aumento do capital mediante a reavaliação do ativo imobilizado adquirido até 31 de dezembro de 1950, bem como a incorporação de reservas tributadas, constituídas até 31 de dezembro de 1955, sugere a diretoria a aplicação desta modalidade para o aumento do capital social de Cr\$ 21.000.000,00 por Cr\$ 26.000.000,00, aproveitando-se os seguintes valores: Cr\$ 11.950.000,00 (onze milhões, novecentos e cinquenta mil cruzeiros) pela reavaliação dos bens móveis e imóveis e Cr\$ 3.050.000,00 (três milhões e cinquenta mil cruzeiros) com o aproveitamento dos seguintes fundos: Fundo de reserva legal — Cr\$ 150.000,00 (parte); Fundo de reserva especial — total — Cr\$ 900.000,00 (novecentos mil cruzeiros); Fundo de provisão — total Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) e fundo para aumento de capital — total Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), que corresponde ao aumento de capital pretendido por essa diretoria. De conformidade com as disposições da Lei n. 2.627, de 25 de setembro de 1940, o referido aumento de capital será dividido na proporção de ações que os acionistas possuírem. Com a aprovação do aumento de capital pretendido, os atuais estatutos sociais sofrerão a seguinte modificação parcial: Artigo 5º — "O capital social é de Cr\$ 36.000.000,00

(trinta e seis milhões de cruzeiros), dividido em 72.000 (setenta e duas mil) ações ordinárias ou comuns, do valor nominal de Cr\$ 500,00 cada uma, integralmente realizadas. Parágrafo 1º — As ações poderão ser grupadas em títulos múltiplos a juízo da diretoria. Parágrafo 2º — As ações podem ser nominativas ou ao portador, a opção dos acionistas. Parágrafo 3º — A transferência das ações nominativas ou ao portador opera-se de acordo com o exposto no artigo 27, do Decreto-lei n. 2.627, de 26 de setembro de 1940 — Justificados, pois, os motivos que determinaram o pedido desta diretoria para o aumento do capital social, espera o pronunciamento favorável dos senhores acionistas. São Bento do Sul, 18 de outubro de 1956. Otto Eduardo Lepper, diretor-presidente; João Theodoro Meinert, diretor-gerente". Parecer do conselho fiscal. Senhores acionistas da Flação São Bento S. A. Os infra-assinados, membros efetivos do conselho fiscal da Flação São Bento S. A., com sede nesta cidade de São Bento do Sul, em reunião convocada com a finalidade especial de tomarem conhecimento da exposição justificativa da diretoria desta sociedade, para o aumento do capital social de Cr\$ 21.000.000,00 para Cr\$ 36.000.000,00 com recursos provenientes dos fundos de reservas, no valor de Cr\$ 3.050.000,00 e a reavaliação dos bens, no valor de Cr\$ 11.950.000,00, de conformidade com o art. 5º, da Lei n. 2.862, de 4 de setembro de 1956 e conseqüente modificação parcial dos estatutos sociais em seu artigo 5º e parágrafos, depois de cuidadoso exame da contabilidade, pelo qual verificaram que efetivamente a situação da sociedade permite este aumento de capital pretendido e tendo ainda bem apreciados os motivos que determinaram o procedimento da diretoria, são de parecer que a referida proposta deve ser aprovada pela assembleia geral extraordinária convocada para o dia 25 de outubro corrente. São Bento do Sul, 22 de outubro de 1956. (Ass.) Dr. Erich W. Bueckmann, Antônio Kassemodel e Erwin Schuhmacher". Finalizada a leitura dos documentos acima transcritos, foi pelo sr. presidente aberta a discussão sobre a matéria a que se referem o primeiro e segundo item da ordem do dia. Com a palavra o acionista Carlos Zipperer, o mesmo analisou detalhadamente os documentos em questão e manifestando-se favorável a aprovação sem restrições, já que o aumento do capital e modificação parcial dos estatutos sociais e tão revestidos de todas as formalidades legais e consultam os interesses da sociedade, pediu aos presentes que dessem seu voto favorável à proposta da diretoria A seguir, o sr. presidente submeteu a pro-

posta à votação e recolhidos os votos, verificou-se que a mesma fora aprovada por unanimidade de votos, abstenção e os impedidos por lei. Tomando novamente a palavra, o sr. presidente disse que em virtude do resultado da votação, declarava aprovado por deliberação unânime da assembleia, o aumento de capital social para Cr\$ 36.000.000,00 (trinta e seis milhões de cruzeiros), bem como a modificação parcial dos estatutos em seu artigo 5º, tudo de conformidade com a exposição justificativa da diretoria. Achando-se esgotada toda a matéria da ordem do dia e nada mais havendo a tratar, o sr. presidente encerrou a sessão, pedindo, porém aos srs. acionistas que permanecessem no recinto pelo tempo necessário à lavratura do final da presente ata, o que foi feito. Reaberta a sessão, 1º, a presente, lavrada no livro de atas das assembleias gerais e em duas vias dactilografadas e submetida a discussão e, não havendo impugnação, foi unanimemente aprovada. São Bento do Sul, 25 de outubro de 1956. Carlos Zipperer, Erwin Schuhmacher, Antônio Tremel, Otto Arno Steller, Francisco Roesser, Companhia Fabril Lepper, Otto Lepper, diretor-presidente, Otto Lepper, Sophia Lepper, Otto Lepper, João Meinert, Rodolfo Schmalz, Ingválido Marquardt, Leonardo Meinert, Herbert Marquardt, Aldo Marquardt, Alfredo Fajnschaen, Otto Lepper Júnior, Ilse Lepper Urban, Atília Urban; Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S. A., dr. Guilherme Renaux; dr. Erich Bueckmann; Gustavo W. Bueckmann, pp. dr. Erich Bueckmann; dr. David E. de Oliveira; Antônio Kassemodel; Yolanda E. Maul, secretária. A presente é cópia fiel do original lavrado no livro de atas da sociedade às folhas n. 59 até 63. Yolanda Maul, secretária.

Coleção das Rendas Federais de São Bento do Sul, A 1ª via pagou Cr\$ 90.001,50 de selo por verba, conforme o conhecimento n. 47 de 30-10-56. Em, 30 de outubro de 1956.

Hegivel, servidor.

N. 10.271 — Conferida e arquivada por despacho da Junta Comercial em sessão de hoje. Fagou na primeira via Cr\$ 101,50 de selos federais para arquivamento.

Secretaria da Junta Comercial de Santa Catarina, em Florianópolis, 22 de novembro de 1956.

O secretário: Eduardo Nicolich

A primeira via é de igual teor e fica arquivada na secretaria da Junta Comercial do Estado, em Florianópolis, 22 de novembro de 1956.

Eduardo Nicolich, secretário. (4174)

INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS S. A.

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores acionistas: Cumprindo determinações legais e estatutárias, vimos apresentar-vos o relatório atinente ao exercício encerrado em 30 de setembro de 1956.

BALANÇO: Apresenta um lucro de Cr\$ 8.274.700,00 (oito milhões duzentos e setenta e quatro mil e setecentos cruzeiros), cuja partilha propomos se faça da seguinte forma:

Fundo de reserva legal	Cr\$ 413.735,00
Fundo de depreciação	Cr\$ 2.109.271,80
Fundo para devedores duvidosos	Cr\$ 1.231.259,20
Dividendos (15%)	Cr\$ 1.950.000,00
Gratificações à diretoria e empregados	Cr\$ 2.570.434,00

TOTAL Cr\$ 8.274.700,00

Nos documentos que vão anexos ao presente, ou sejam balanço, demonstração de lucros e perdas e inventários diversos, poderão, srs. acionistas, conhecer a exata situação desta sociedade e julgar do acerto da distribuição do lucro proposta.

Itajaí, 30 de outubro de 1956.

Leopoldo Zarling, diretor.
Arminio Carlos da Costa, diretor.
Néscio Seára Heusi, diretor-adjunto.
José Gollo, diretor-adjunto.
José Bonifácio Schmitt, diretor-assistente.

BALANÇO ENCERRADO EM 30 DE SETEMBRO DE 1956

Imobilizado	8.747.078,50
Imóveis e benfeitorias	2.746.568,80
Edifícios e dependências	1.338.933,00
Instalações	12.832.580,10

Estável		
Móveis e utensílios	316.188,50	
Máquinas e acessórios	9.317.948,10	
Veículos	7.637.759,20	
Ferramentas	92.769,50	
Semoventes	6.000,00	17.372.865,30
Disponível		
Caixa	30.647,80	
Bancos	9.304.750,10	9.335.397,70
Realizável		
Madeiras	18.965.476,90	
Almoxarifado	958.946,60	
Devedores em c/correntes	16.456.294,10	
Reserva florestal	1.602.471,80	
Títulos a receber	949.473,60	
Títulos em cobrança	13.624.164,40	
Títulos e documentos	459.820,00	
Aluguéis a vencer	202.500,00	
Adicional restituível	559.999,90	53.779.147,30
Contas de compensação		
Títulos endossados	31.315.818,80	
Ações em caução	100.000,00	31.415.818,80
		124.735.609,20

PASSIVO		
Não exigível		
Capital	13.000.000,00	
Fundo de reserva legal	2.718.234,30	
Fundo de reserva especial	100.000,00	
Fundo de depreciações	8.078.608,90	
Fundo p/devedores duvidosos	5.923.959,80	
Fundo de auxílio e previdência	124.443,30	29.945.246,30
Exigível a curto prazo		
Cretores em c/correntes	17.708.530,30	
Títulos a pagar	23.934.606,50	
Bancos cretores	9.622.332,20	
Comissões a vencer	546.361,80	
Arrecadações por conta de terceiros	156.596,40	
Gratificações a pagar	2.570.434,00	
Dividendos a pagar	1.950.000,00	56.489.261,20
Exigível a longo prazo		
Banco do Brasil S. A. — Cta. empréstimo industrial	1.566.282,90	
Obrigações a pagar	5.319.000,00	6.885.282,90
Contas de compensação		
Endossos p/descontos	31.315.818,80	
Caução da diretoria	100.000,00	31.415.818,80
		124.735.609,20

Itajaí, 30 de setembro de 1956.

Leopoldo Zarling, diretor.
 Arnínio Carlos da Costa, diretor.
 Nicácio Seára Heusi, diretor-adjunto.
 José Gollo, diretor-adjunto.
 José Bonifácio Schmitt, diretor-assistente.
 Elias F. Krieger, técnico em Contabilidade.
 Reg. DEC. n. 89.851 — CRC. n. 0.983.

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE LUCROS E PERDAS, NO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 30 DE SETEMBRO DE 1956

DÉBITO		
Despesas diversas	104.072.811,50	
Gastos de fabricação	2.910.837,10	106.983.648,60
Fundo de reserva legal	413.735,00	
Fundo de depreciações	2.109.271,80	
Fundo p/devedores duvidosos	1.231.259,20	
Dividendos (15%)	1.950.000,00	
Gratificações a pagar:		
Diretoria e empregados	2.570.434,00	8.274.700,00
		115.258.348,60
CREDITO		
Madeiras, óleo sassafráz e pasta mecânica	83.243.353,10	
Receitas diversas	30.523.070,60	113.766.423,70
Filial Rio — Conta lucro		1.491.924,90
		115.258.348,60

Itajaí, 30 de setembro de 1956.

Leopoldo Zarling, diretor.
 Arnínio Carlos da Costa, diretor.
 Nicácio Seára Heusi, diretor-adjunto.
 José Gollo, diretor-adjunto.
 José Bonifácio Schmitt, diretor-assistente.
 Elias F. Krieger, técnico em Contabilidade.
 Reg. DEC. n. 89.851 — CRC. n. 0.983.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, membros do conselho fiscal da Indústria e Comércio de Madeiras S. A., reunidos na sede da sociedade, tendo examinado, nesta data, o balanço geral, inventários, conta de lucros e perdas, relatório da diretoria e demais documentos que lhes foram apresentados, relativos ao exercício findo em 30 de setembro do corrente ano e tendo recebido todas as informações solicitadas, são de

INDÚSTRIA E COMÉRCIO KUNZ S. A.

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores acionistas.
 Temos o prazer de vos apresentar, de acordo com as disposições estatutárias e legais, o balanço geral, encerrado em 30 de junho de 1956, acompanhado da conta lucros e perdas, bem como o parecer do conselho fiscal.
 Estamos ao vosso inteiro dispor, para qualquer outro esclarecimento, que julgardes necessário.
 Joaçaba, 17 de julho de 1956.

A diretoria

BALANÇO GERAL REALIZADO EM 30 DE JUNHO DE 1956

ATIVO		
Disponível		
Caixa e Bancos		64.381,20
Bens imóveis		
Terrenos, pinheiros, represa e canal		1.037.820,90
Estável		
Maquínários, veículos e semoventes		4.407.588,50
Instalações elétricas, construções móveis e utensílios		1.858.997,90
Participações		
Petrobrás e Clube 10 de Maio S. A.		36.000,00
Realizável a curto e longo prazo		
Mercadorias		2.839.977,90
Devedores diversos		2.666.771,30
Adic. Lei 1474		33.422,80
Compensado		
Caução da diretoria		50.000,00
Títulos caucionados		1.734.063,00
		14.729.023,30
PASSIVO		
Não exigível		
Capital		3.360.000,00
Fundo de reserva		375.830,20
Fundo de reserva legal		238.690,10
Fundo de previsão		80.141,20
Fundo para novas instalações		109.911,60
Fundo para conservação de instalações		52.100,00
Fundo para devedores duvidosos		265.442,80
Depreciações		3.593.617,00
Exigível a curto e longo prazo		
Títulos negociados		600.000,00
Bancos conta caução		790.962,10
Cretores diversos e especiais		1.390.721,30
B. Brasil S. A. empréstimos com garantias		847.944,20
B. Brasil S. A. financiamento trigo		1.040.000,00
Conta de resultado		
A disposição da assembléa		201.600,00
Compensado		
Caução da diretoria		50.000,00
Títulos caucionados		1.734.063,00
		14.729.023,30

DEMONSTRATIVO DA CONTA LUCROS E PERDAS

DÉBITO		
Despesas gerais e de fabricação		1.711.643,30
Séios, impostos e seguros		945.552,80
Juros e descontos		351.169,00
Leis sociais		65.615,50
Frete diversos		728.910,50
Despesas veículos		587.488,20
Depreciações		913.200,00
Fundo de reserva legal		43.600,00
Fundo para devedores duvidosos		73.200,00
A disposição da assembléa		201.600,00
		5.811.278,60
CREDITO		
Mercadorias		
Resultado bruto das operações		5.811.278,60

Joaçaba, 17 de julho de 1956.

S. Kunz, diretor-presidente.
 P. W. Kummel, diretor-gerente.
 P. W. Kummel, guarda-livros n. 7.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O conselho fiscal da Indústria e Comércio Kunz S. A., tendo examinado o balanço geral e contas da diretoria, referentes ao exercício de 1955 a 1956, encontrou-os na mais perfeita ordem e de acordo com a escrituração, sendo de parecer que estão no caso de serem aprovados.

Joaçaba, 17 de julho de 1956.

Carlos Zimmer
 Arthur Pereira
 Guerino Dalcantalile

(4126)

parecer que aqueles documentos mostram a verdadeira situação da sociedade na data supra citada, pelo que resolvem aprová-los, sem restrições, e encaminhá-los à aprovação da assembléa geral ordinária, a realizar-se a 17 de dezembro próximo vindouro.

Itajaí, 31 de outubro de 1956.

Genésio Miranda Lins
 Laércio Mauro Malburg
 Erico Scheeffter

(4122)

DIÁRIO DA JUSTIÇA

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANO II

Florianópolis, 30 de novembro de 1956

NÚMERO 248

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Edital n. 1.493

Aos vinte e seis dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e cinquenta e seis, nesta cidade de Florianópolis, em a sala das sessões do Tribunal des. Severino Nicomedes Auvés Pedro, sa. juiz semanário da Câmara Civil, conrigo, escreveu, abaixo assinado, aberta a audiência com as formalidades legais, procedeu-se a publicação dos seguintes acórdãos:

Agravo n. 2.424, de Criciema, relator o exmo. sr. des. Ivo Guilhon Pereira de Mello, agravante Cia. de Seguros Minas Brasil, agravado Manoel Martins: "por unanimidade de votos, conhecer do agravo e dar-lhe provimento, para anular o processo a partir da sentença incluída. Custas a final".

Agravo n. 2.573, de Criciema, relator o exmo. sr. des. Ivo Guilhon Pereira de Mello, agravante Lloyd Industrial Sul Americano S. A., agravado Antônio Manoel José: "por unanimidade de votos, conhecer do agravo e negar-lhe provimento, para confirmar a decisão agravada. Custas pela agravante".

FORO DA CAPITAL

REGISTRO CIVIL

Edital

Faço saber que pretendem casar-se: João José de Costa e Zilé Izabel da Silva, solteiros, domiciliados e residentes, nesta Capital, Ele, motorista, nascido em Saco dos Limões, neste Estado, filho de Manoel Waldemiro da Costa e Maria Corinte da Costa. Ela, doméstica, nascida em Trindade, neste Estado, filha de Tiago Mamede da Silva e Etelvina Francisca da Silva.

Se alguém souber de algum impedimento oponha-o na forma da lei.

Florianópolis, 28 de novembro de 1956.

Maria de Lourdes Caldas, escr. Jur. no imp. ocas do oficial. (4.228)

Edital

Faço saber que pretendem casar-se: João José de Souza e Geny Arminda Nunes, solteiros, naturais deste Estado, domiciliados e residentes neste sub-distrito. Ele, pedreiro, filho de Josefino Mariano de Souza e Maria Amorim. Ela, doméstica, filha de José Nunes e Arminda de Maréncia Nunes.

Djalma Cândido da Silva e Zelma Maria da Silva, solteiros, naturais deste Estado, domiciliados e residentes neste sub-distrito. Ele, comerciante, filho de João Cândido da Silva e Nahyr de Freitas Candido. Ela, doméstica, filha de Maria Albina da Silva.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei.

Estreito, 28 de novembro de 1956.

Odilon Bartolomeu Vieira, oficial. (4.212)

Edital

Faço saber que pretendem casar-se: Otacilio Corrêa de Jesus e Laura Tezera Bezerra, solteiros, domiciliados e residentes neste sub-distrito. Ele mecânico, natural do Estado do Rio Grande do Sul, filho de Quirino Corrêa de Jesus e Conceição Corrêa do Rosário. Ela, doméstica, natural deste Estado, domiciliada

Apelação cível n. 3.996, de Campos Novos, relator o exmo. sr. des. Ivo Guilhon Pereira de Mello, apelante Indústria Reunidas Ouro S. A., apelada Empresa Força e Luz Zortica & Cia. Ltda.: "por unanimidade de votos, conhecer da apelação e dar-lhe provimento, em parte, para reduzir o pagamento, pleiteado na reconvenção, ao depósito de Cr\$ 3.749,60, honorários de advogado e custas. Custas em proporção".

Apelação de desquite n. 1.234, de São Joaquim, relator o exmo. sr. des. Adão Bernardes, apelante dr. Juiz de Direito "ex-officio", apelados Wenceslau Duque de Boema e sua mulher: "por votação unânime, conhecer do recurso e negar-lhe provimento, para confirmar a sentença apelada. Custas pelos desquitados".

Apelação de desquite n. 1.244, de Blumgau, relator o exmo. sr. des. Adão Bernardes, apelante dr. Juiz de Direito "ex-officio", apelados João Nicolau Vieira e sua mulher: "por votação unânime, conhecer do recurso e negar-lhe provimento, para confirmar a sentença apelada. Custas pelos apelados".

Oswaldo Fernandes, escrivão.

da e residente neste sub-distrito, filha de Julio Alves Bezerra e Laura Brito Bezerra.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei.

Estreito, 27 de novembro de 1956.

Odilon Bartolomeu Vieira, oficial. (4.211)

Edital

Faço saber que pretendem casar-se: Antônio José Nunes e Julieta Rocha solteiros, brasileiros, naturais deste Estado, residentes neste 3º sub-distrito do município de Florianópolis, Ele, operário, filho de José Francisco Miguel Nunes e Maria Pires. Ela, doméstica, filha de Domingos Joaquim Rocha e Maria Rosa de Jesus.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei.

Saco dos Limões, 20 de novembro de 1956.

Piáclido Sérgio Alves, oficial. (4.215)

JUZADOS DO INTERIOR

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE TIJUCAS

Edital de citação, de interessados ausentes, inertes e desconhecidos, com o prazo de trinta dias

O cidadão Carlos Ternes, juiz de Paz, no exercício do cargo de juiz de direito da comarca de Tijucas, do Estado de Santa Catarina, na forma da lei, etc.

Faço saber a todos quantos interessarem o presente edital de citação de interessados ausentes, inertes e desconhecidos, com o prazo de trinta dias virem, ou dele conhecimento tiverem, que por parte de Aristides João Luciano e sua mulher, lhe foi dirigida a petição do teor seguinte: "Exmo. sr. dr. juiz de direito da comarca: Aristides João Luciano, brasileiro, o primeiro lavrador e a segunda de profissão doméstica, residentes e domiciliados no lugar Nova Descoberta, deste primeiro distrito, por seu assistente adiante assinado, querem

mover a presente ação de usucapião em que expõem e requerem a v. excel. o seguinte: I — Que os suplicantes são posseiros, há vinte anos, de um terreno situado no lugar Nova Descoberta, deste primeiro distrito, com 55 metros de frentes e 170 ditos de fundos, ou sejam 9.350 metros quadrados, fazendo frentes na estrada municipal à beira do rio e fundos em terras de Saturnino Pedro Vicente, extremado a leste, ainda em ditos de Saturnino Pedro Vicente a oeste em terras de Carlos Darossi. II — Que o dito terreno foi comprado pelo pai do suplicante, João Tomaz Luciano, há mais de quarenta anos, e falecido este, há vinte anos, aproximadamente, as suplicantes que já eram casadas e residiam com o dito finado (do qual serviram de arrimo até a sua morte), continuaram no exercício da posse do dito imóvel, com ânimo de donos, e tanto a posse dos suplicantes como de seu referido antecessor, sempre foram pacíficas, contínuas e ininterruptas. III — Que os suplicantes não possuem outros imóveis a não ser o referido, no qual em 1927, mesmo antes, portanto, da morte de João Tomaz Luciano, construíram, com o consentimento deste, uma casa de madeira, para a residência definitiva deles, suplicantes. IV — Que em vista do exposto, querem os suplicantes regularizar a sua posse sobre o referido imóvel, com fundamento no que expõe o artigo 156, § 3º, da Constituição Federal Vigente. E, para o dito fim, requerem a designação do dia e hora para a justificação respectiva, na qual deverão ser ouvidas as testemunhas Saturnino Pedro Vicente e Manoel Henrique Cardoso, o primeiro comerciante e o segundo lavrador, ambos brasileiros, residentes e domiciliados no local do imóvel. Requerem mais, que, depois da justificação, seja feita a citação dos atuais confrontantes, residentes no local do imóvel, bem como dos interessados inertes e desconhecidos, por editais de trinta dias, do sr. diretor do Foro do Patrimônio da União, por precatória, em Florianópolis e do sr. representante do Ministério Público, nesta cidade; todos para contestarem a presente ação, se quiserem, dentro do prazo de dez dias, de conformidade com o disposto no artigo 455, do Código de Processo Civil, sendo, afinal, reconhecido o domínio dos suplicantes sobre o referido imóvel, cuja sentença lhes servirá de título hábil para a inscrição no Registro de Imóveis. Protesta-se provar o alegado com testemunhas e vistoria, se necessário. Dá-se à presente o valor de Cr\$ 3.000,00 para os efeitos legais. O assistente que esta assina tem sua residência nesta cidade, onde recebe citação. Vestes termos. P. Deferimento. Tijucas, 19 de outubro de 1956. (Ass.) Cláudio Caramurá de Campos". Em dita petição foi exarado o seguinte despacho: "A., designe o sr. escrivão dia e hora, no local do costume, para a justificação, feitas as devidas intimações. Tijucas, 19-10-1956. (Ass.) Carlos Ternes, juiz de Paz, no exercício do cargo de juiz de direito". Feita a justificação, foi preferida a seguinte sentença: "Vistos, etc. Juízo por sentença a justificação retro, procedida nestes autos de ação de usucapião, requerida por Aristides João Luciano e sua mulher Maria Ingrácia Luciano, para que surta seus devidos e jurídicos efeitos. Citem-se, por mandado, os confinantes conhecidos do imóvel; por editais, com o prazo de trinta dias, a serem publicados uma vez no "Diário da Justiça" e três vezes no jornal "O Estado", de Florianópolis, os interessados inertes; pessoalmente, o

dr. Promotor Público; e, por precatória, a ser expedida para o Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Florianópolis, o sr. delegado do Serviço do Patrimônio da União. Sem custas. P. R. I. Tijucas, 23 de outubro de 1956. (Ass.) Carlos Ternes, juiz de Paz, no exercício do cargo de juiz de direito". E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente edital, que será afixado na sede deste Juízo, no lugar do costume, e, por cópia, publicado uma vez no "Diário da Justiça" e três vezes no jornal "O Estado", de Florianópolis. Dado e passado nesta cidade de Tijucas, aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e cinquenta e seis. Eu, Gercy dos Anjos, escrivão, o dactilógrafo, conferi e subscrevi. (Ass.) Carlos Ternes, juiz de Paz, no exercício do cargo de juiz de direito. Está conforme o original afixado na sede deste Juízo, no lugar do costume, sobre o qual me reporto e dou fé. Data supra. O escrivão: Gercy dos Anjos. (7670)

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE ORLEANS

Edital de citação de réu ausente, com o prazo de quinze (15) dias

O doutor Agenor Vianna Carneiro, juiz de direito da comarca de Orleans, Estado de Santa Catarina, na forma da lei, etc.

Faço saber que a este Juízo foi apresentado denúncia pelo dr. Promotor Público da comarca, contra Pedro Vicente, de profissão mineiro, casado, com 22 anos de idade, residente e domiciliado em Guatá, distrito de Lauro Müller, desta comarca, como incurso nas penas do art. 129 "caput", do Código Penal; e como, em cumprimento a um mandado de intimação, tenha o sr. oficial de Justiça certificado de que o dito denunciado não foi encontrado, estando atualmente residindo em lugar incerto e ignorado, mandei que se passasse o presente edital, por meio do qual fica o dito acusado Pedro Vicente, com o prazo de quinze (15) dias, a comparecer perante este Juízo, no edifício da Prefeitura Municipal, no dia 4 de dezembro vindouro, às dez (10) horas, a fim de assistir à audiência de formação de culpa, e acompanhar o processo em todos os demais termos, sob pena de revelia. E, para que chegue esta notícia ao conhecimento de quem interessar possa, passou-se o presente edital, que será afixado no lugar de costume, deste Juízo, e enviada cópia no "Diário da Justiça" do Estado, para três publicações. Dado e passado nesta cidade de Orleans, aos 27 de outubro de 1956. Eu, José Evaristo Nunes, escrivão, o dactilógrafo, Agenor Vianna Carneiro, juiz de direito. Certidão — Certifico haver afixado o original do edital cuja cópia supra se vê, na porta da sala das audiências deste Juízo. O referido é verdade e dou fé. Orleans, 17 de outubro de 1956. José Evaristo Nunes, escrivão (7637)

Edital de citação de réu ausente, com o prazo de quinze (15) dias

O doutor Agenor Vianna Carneiro, juiz de direito da comarca de Orleans, Estado de Santa Catarina, na forma da lei, etc.

Faço saber que a este Juízo foi apresentado denúncia pelo dr. Promotor Público da comarca, contra Lourival Ge-

remias, brasileiro, natural d'este Estado, solteiro, com 18 anos de idade, residente e domiciliado na sede do distrito de Lauro Müller, desta comarca, como incurso rras penas do art. 217, do Cód. Penal. E como, em cumprimento de um mandado de intimação, tenha o sr. oficial de Justiça certificado de que o dito denunciado não fora encontrado, estando atualmente em lugar incerto o ignorado, mandei que se passasse o presente edital, por meio do qual fica o dito acusado Lourival Geremias, com o prazo de quinze (15) dias, a comparecer perante este Juízo, no edifício da Prefeitura municipal, no dia 5 de dezembro vindouro, às dez (10) horas, a fim de prestar interrogatório e acompanhar o processo em todos os seus demais termos, sob pena de revelia. E, para que chegue esta notícia ao conhecimento de quem interessar possa, passou-se o presente edital, que será afixado no lugar de costume, deste Juízo e enviado ao "Diário da Justiça", do Estado, para três publicações. Dado e passado nesta cidade de Orleans, aos 17 de outubro de 1956. Eu, José Evaristo Nunes, escrivão, o dactilografar, Atencr Viana Carneiro, juiz de direito. Certidão — Certifico haver afixado o original do edital, cuja cópia supra se vê, na porta da sala das audiências deste Juízo. O referido é verdade e dou fé. Orleans, 17 de outubro de 1956. José Evaristo Nunes, escrivão. (3-1) (7638)

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DA LAGUNA

Edital de citação

O doutor Waldyr Pedereiras Taulois, MM. juiz de direito da comarca da Laguna, Estado de Santa Catarina, na forma da lei, etc.

Faz saber a todos o que o presente edital de citação, com o prazo de trinta (30) dias, a contar da primeira publicação, três vezes no "Diário da Justiça", do Estado, que estando se processando neste Juízo, uma ação de investigação de paternidade, em que é autora Maria de Santana Pires, e o presente edital para citar os herdeiros incertos de Galdino José Ferreira, se faz serem representados na causa por advogado legalmente habilitado e contestar a petição transcripta, alegando o que se lhes oferecer, sob pena de, decorrido o prazo marcado, se considerar perfeita a citação, serem havidos como réus o que não se tenham apresentados e ter início o prazo para contestação, na forma da lei. Petição inicial: Exmo. sr. dr. juiz de direito da comarca de Laguna: Maria de Santana Pires, brasileira, solteira, domiciliada e residente em distrito de Henrique Lage (ex-Imbituba), neste município e comarca, por seu bastante assistente judiciário, conforme nomeação de vossa excelência e que junta à presente petição, vem com o devido acatamento expor e finalmente requerer o seguinte: 1º — Que a requerente vivia amasiada com Galdino José Ferreira, filho de José Manoel Ferreira e dona Francisca Maria das Chagas, desde o ano de 1931, sob o mesmo teto e conjugação carnal, sendo pelo requerido Galdino José Ferreira, tida e mantida como sua legítima esposa, como também a requerente o tinha como verdadeiro esposo, respeitando-o condignamente e guardando-lhe a devida fidelidade. 2º — Desde que passou a viver sob o mesmo teto do requerido, sempre lhe foi esposa fiel e dedicada, tendo nascido deste concubinato em data de 24 de maio de 1932 sua primeira filha, Tracy Ferreira e em 25 de outubro de 1935, nasceu-lhe a segunda filha, de nome Ivone Ivone Ferreira, respectivamente registrada como Ivone Pires. 3º — Que as duas filhas acima referidas, nasceram

quando e sob o estado de concubinato, não havendo, entre a requerente e o requerido nenhum impedimento quanto ao seu casamento, de vez que ambos eram completamente desempedidos e ali não casaram foi tão somente por serem pessoas pobres e um tanto quanto desleixados. Assim sendo, a requerente pretende provar os itens supras, apresentando a certidão do registro de nascimento de suas filhas e as testemunhas de que no final desta são arroladas, as quais deverão ser citadas na forma e no prazo da lei, assim como possíveis parentes do requerido, a fim de que os mesmos, si desajazem, contestem a presente ação ordinária de investigação de paternidade e acompanha-la nos ulteriores termos do processo, até final sentença, tudo sob pena de revelia. Requer ainda seja citado o Instituto de Anosentadoria e Pensões dos Marítimos, na pessoa de seu delegado, do qual o requerido era contribuinte, a fim de que, provada a paternidade das menores Iracy e Ivone, pague aquela autorquia as pensões a quem de fato deve ser paga, ou seja, às filhas do segurado. Assim, nestes termos e nos melhores de direito, deve a presente ação ser julgada procedente, após ser provada, a fim de se declarar os menores Iracy Ferreira e Ivone Ferreira, como filhos naturais da requerente, com o requerido Galdino José Ferreira e por isso seus herdeiros legítimos, com direito a usarem o cognome de seu pai e suceder-lhes em todos os direitos de todas as atos da lide o direito. Protesta-se por toda o gênero de prova em direito permitido e para fins da taxa judiciária, no caso de ser a presente ação contestada, dá-se à presente o valor de Cr\$ 4.000,00 (quatro mil cruzeiros), sem apresentar o comprovante do pagamento, por se tratar de benefício da justiça gratuita, concedido à requerente. N. Termos. Pede deferimento. Laguna, 17 de março de 1951. (Ass.) Saul Ulyssés Baiao, assistente judiciário. Despacho: A. A presente ação de investigação de paternidade, permitida pelo artigo 263, do Código Civil, deve ser proposta contra os herdeiros da pretensa pai dos menores autores, já falecido. Indique o presente os referidos herdeiros, a fim de serem citados para que contestem o feito, querendo, no prazo legal. Intimado: Senhor Ramos da Costa, juiz de direito. Petição — Exmo. sr. dr. juiz de direito da comarca de Laguna: Diz dona Maria de Santana Pires, brasileira, solteira, doméstica, domiciliada e residente no distrito de Henrique Lage, nos autos de investigação de paternidade que move neste Juízo, em nome de suas filhas menores impúberes, contra os possíveis herdeiros de Galdino José Ferreira, por intermédio de seu assistente judiciário, o seguinte: 1º — Intimada do despacho arrolado, de fls. 2, dos competentes autos, indica, na forma da lei, que desconhece os herdeiros possíveis de Galdino José Ferreira, requerendo assim, se digno v. excel., em mandar citá-los, por edital, a fim de que, querendo, no prazo da lei, venham a Juízo contestar os termos da presente ação de investigação de paternidade. N. Termos. P. Deferimento. Laguna, 8 de setembro de 1952. (Ass.) Saul Ulyssés Baiao, assistente judiciário. Despacho: J. cite-se por edital, com o prazo de trinta (30) dias, por três vezes no "Diário da Justiça", do Estado, aos herdeiros de Galdino José Ferreira. Em 8-9-52 (Ass.) Arães Horn. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados e ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente edital, que será afixado e publicado na forma determinada. Dado e passado nesta cidade de Laguna, aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e cinquenta e seis. Eu, José Ca-

bral da Fonseca, escrivão vitalício do Cível e Anexos, que este dactilografar e subscrevi. (Ass.) Waldyr Pedereiras Taulois, juiz de direito. Confere com o original. José Cabral da Fonseca, escrivão vitalício. (3-2) (7547)

Edital

O doutor Waldyr Pedereiras Taulois, juiz de direito da comarca da Laguna, na forma da lei etc.

Faz saber aos que o presente edital vierem, ou dête conhecimento tiverem, expedido nos autos n. 1.132, de ação executiva, que se processa perante este Juízo e Cartório, que, atendendo ao que lhe foi requerido por Angelo Machado de Souza, e Amauri Machado de Souza, nos referidos autos de ação executiva que moveram contra João Manoel Silveira, para notificar, por edital, aos terceiros interessados, com o prazo de quinze (15) dias, para ciência das seguintes peças do processo: Petição de fls. 33 — Exmo. sr. dr. juiz de direito da comarca da Laguna: Amauri e Angelo Machado de Souza, por seu assistente judiciário, na ação executiva cambial movida contra João Manoel Silveira, expõem e requerem a v. excel.: 1) — Os aplicantes são credores de Mário Kleoff Adma, que se diz residente em Criciúma, na Praça Mareu Ramos, 18. Mas isto não é verdade, pois que reside em Hamburgo Velho, Estado do Rio Grande do Sul. Trata-se de um aventureiro, que vive liaguando a boa fé de uns e outros acarretando vultosos prejuízos a particulares, com a venda de terrenos e automóveis, para o que organizou uma quadrilha especializada. Sendo João Manoel Silveira, residente nesta cidade, avalista do título, foi contra ele movida a competente ação, na forma legal. 2) — Como o oficial certificasse que o imóvel do executado, único bem que possui nesta cidade, está hipotecado à Caixa Econômica Federal, recaiu a hipoteca, feita por precatória, na quantia de cem mil cruzeiros (Cr\$ 100.000,00), devida ao executado pelo comerciante Pedro Pôrto, estabelecido na comarca de Tubarão, 3) — Dispõe o Código de Processo Civil, art. 229, que, em se tratando de nota promissória ou outro título de crédito, uma vez feita a penhora, notificar-se-á, por edital, aos terceiros interessados, com o prazo de quinze (15) dias, para ciência da mesma. Assim: Requerem a v. excel., se digno mandar, urgente, publicar edital nos termos do respectivo auto, que se requer seja transcrito na íntegra, para os fins determinados em lei. Termos em que, com cópia para os suplementares. Pede deferimento e juntada. Laguna, 9 de novembro de 1956. (Ass.) João de Oliveira, assistente judiciário. Despacho: J. Como requer. 9-11-56. (Ass.) Taulois. Auto de penhora: Aos trinta e um dias do mês de outubro de mil novecentos e cinquenta e seis, nesta cidade de Tubarão, comarca de igual nome, Estado de Santa Catarina, em cumprimento ao mandado, fomos nesta cidade, na rua Lauro Müller e sendo ai procedemos à penhora em mãos do senhor Pedro Pôrto, da quantia de cem mil cruzeiros (Cr\$ 100.000,00), da qual o mesmo é devedor ao senhor João Manoel Silveira, pelas promissórias vendidas a primeira em 30-10-56, no valor de cinquenta mil cruzeiros (Cr\$ 50.000,00) e as demais cada uma no valor de dez mil cruzeiros (Cr\$ 10.000,00), a vencerem em 30-11-56, 30-12-56, 30-1-57, 30-2-57 e 30-3-57, cujas importâncias deyxamos em mão do referido senhor Pedro Pôrto, que assumindo a responsabilidade do depositário, assim o presente auto. Tubarão, 31 de outubro de 1956. (Ass.) Antônio Gaspar Filho, consta uma assinatura ilegível, Pedro Pôrto. E, para que chegue ao conhecimento dos inte-

ressados e ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente edital, na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Laguna, aos doze dias do mês de novembro do ano de 1956. Eu, José Cabral da Fonseca, escrivão vitalício, que este dactilografar e subscrevi. (Ass.) Waldyr Pedereiras Taulois, juiz de direito. Confere com o original. José Cabral da Fonseca, escrivão. (4037)

JUIZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE BLUMENAU

Edital de falência da firma Indústrias Vahlidiek S. A.

O doutor Marçilio João da Silva Medeiros, juiz de direito da 1ª Vara da comarca de Blumenau, Estado de Santa Catarina, na forma da lei, etc.

Faz saber aos que o presente edital vierem, ou dête conhecimento tiverem, que por este Juízo, foi decretada a falência da firma Indústrias Vahlidiek S. A., desta praça, sendo a respectiva sentença do teor seguinte: "Juízo de Direito da 1ª Vara da Comarca de Blumenau: Vistos, etc. Rodolfo Salvador Rodrigues e Pedro Mayer, brasileiros, casados, operários, pedem, com base no art. 2º, n. 1, da lei de quebras, a falência da firma Indústrias Vahlidiek S. A., estabelecida nesta cidade, empresa que tem por objeto a fabricação de artefatos de madeira e de ferro. O pedido veio instruído com os docs. de fls. 4 e 5, consoante os quais a requerida, em execução trabalhista, não pagou, não depositou a importância, nem nomeou bens à penhora, no prazo legal. A ré, devidamente citada, deixou decorrer in albis o prazo da defesa, nenhuma providência requerendo. O dr. Promotor Público emitiu o parecer de fls. 34v. Nestas condições, face aos docs. produzidos e à revelia da suplicada, decreto aberta, hoje, às 10 horas, a falência pedida na inicial. Não dispondo, nesta fase, de elementos para fixar o respectivo termo legal, fixá-lo-é posteriormente, na forma do art. 22. Marca o prazo de vinte dias para os credores apresentarem as declarações e documentos justificativos dos seus créditos. Nomeio síndico o Banco do Brasil S. A., com agência nesta cidade. Intime-se a falida, na pessoa dos srs. Bruno Vahlidiek e Martinho Cardoso da Veiga, diretor-geral e diretor-comercial, respectivamente, para, no prazo de vinte e quatro horas, assinar, sob as penas da lei, o termo de comparecimento. Providencie o escrivão as prescrições dos arts. 15, 16 e 62, do já citado diploma falencial, e me faça conclusos, in continenti, todos os feitos em curso, nesta Vara, contra a firma suplicada. Oficie-se, para os fins de direito, ao MM. Juiz de Direito da 2ª Vara. Custas ex-lege. P. R. I. Blumenau, 6 de novembro de 1956. (Ass.) Marçilio João da Silva Medeiros, juiz de direito da 1ª Vara". Ourossim, torna público que tendo o Banco do Brasil S. A. declinado da sua nomeação para síndico, foi nomeado e comissionado o Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S. A., filial desta praça, o qual far-se-á representar no processo por seu preposto, sr. Wilson Miguelis Praun, brasileiro, casado, residente nesta cidade. Dado e passado nesta cidade de Blumenau, aos oito dias do mês de novembro de mil novecentos e cinquenta e seis. Eu, João Gomes da Nóbrega, escrivão do Cível, o fiz dactilografar e subscrevi. Blumenau, 8 de novembro de 1956. (Ass.) Marçilio João da Silva Medeiros, juiz de direito da 1ª Vara. Confere com o original afixado no lugar de costume, do que dou fé. Data supra. João Gomes da Nóbrega, escrivão do Cível. (2-2) (4034)

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANO X

Florianópolis, 30 de novembro de 1956

NÚMERO 191

TERCEIRA LEGISLATURA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA

MESA

PRESIDENTE
PAULO KONDER BORNHAUSEN

1º VICE-PRESIDENTE
CLODORICO MOREIRA

2º VICE-PRESIDENTE
LIVADARIO NOBREGA

1º SECRETARIO
VOLNEY COLAÇO DE OLIVEIRA

2º SECRETARIO
ESTANISLAU ROMANOWSKI

SUPLENTE
MARIO OLINGER

JOAO CARUSO MAC DONALD

LIDERES PARTIDARIOS

U. D. N.

Líder: Laente Ramos Vieira.
Vice-líder: Geraldo Mariano Günther.

P. S. D.

Líder: Lenair Vargas Ferreira.
Vice-líder: Antônio Gomes de Almeida.

P. T. B.

Líder: Olice Peçra de Caldas.
Vice-líder: Braz Joaquim Alves.

P. R. P.

Líder: Luiz de Souza.
Vice-líder: Livadário Nobrega.

P. S. P.

Líder: Enory Teixeira Pinto.

P. D. C.

Líder: José Henrique Ramos da Luz.

RESOLUÇÃO N. 85/56

A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, usando da atribuição conferida pelo artigo 11, item VI, da Lei n. 2, de 23 de julho de 1948 (Regimento Interno).

RESOLVE:

Nomear interinamente:
De acordo com o artigo 13, item IV, letra C, da Lei n. 198, de 18-12-1954, combinado com o artigo 7º da Resolução n. 59, de 6-11-1956.

Nivaldo de Andrade Colaço, para exercer o cargo da classe P, da carreira de Oficial Legislativo, do Quadro do Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis, 15 de novembro de 1956.

A Mesa:

Paulo Konder Bornhausen, Presidente.

Volney Colaço de Oliveira, 1º Secretário.

Estanislau Romanowski, 2º Secretário.

RESOLUÇÃO N. 119

A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, usando da atribuição conferida pelo item VIII do art. 11, da Lei n. 2, de 23 de julho de 1948 (Regimento Interno)

Resolve conceder licença, em prorrogação:

De acordo com o art. 131, combinado com o art. 137, da Lei n. 198, de 18 de dezembro de 1954 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado),

A José Bittencourt Candemil, ocupante do cargo de escriptorio-dactilógrafo, classe M, do Quadro do Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa, de 60 (sessenta) dias, a contar de 23 do corrente mês.

Palácio da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis, 27 de novembro de 1956.

Paulo Konder Bornhausen, Presidente.

Volney Colaço de Oliveira, 1º Secretário.

Estanislau Romanowski, 2º Secretário.

RESOLUÇÃO N. 122/56

A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, usando da atribuição conferida pelo art. 11, item VI, da Lei n. 2, de 23 de julho de 1948 (Regimento Interno)

RESOLVE:

Nomear:
De acordo com o art. 13, item II, da Lei n. 198, de 18-12-1954, combinado com o art. 2º e parágrafo único, da Resolução n. 120, de 27 de novembro de 1956.

Adolfo Medeiros dos Santos, para exercer efetivamente, o cargo de Assessor Técnico do Quadro do Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, com vencimentos iguais aos atribuídos aos Juizes de (3ª) (terceira) entrância.

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis, 29 de novembro de 1956.

A Mesa:

Paulo Konder Bornhausen, Presidente.

Volney Colaço de Oliveira, 1º Secretário.

Estanislau Romanowski, 2º Secretário.

RESOLUÇÃO N. 123/56

A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, usando da atribuição conferida pelo art. 11, item VI, da Lei n. 2, de 23 de julho de 1948 (Regimento Interno)

RESOLVE:

Nomear:
De acordo com o art. 13, item II, da Lei n. 198, de 18-12-1954, combinado com o art. 2º e parágrafo único, da Resolução n. 120, de 27 de novembro de 1956.

Renato de Medeiros Barbosa, para exercer efetivamente, o cargo de Assessor Técnico do Quadro do Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, com vencimentos iguais aos atribuídos aos Juizes de terceira (3ª) entrância.

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis, 29 de novembro de 1956.

A Mesa:

Paulo Konder Bornhausen, Presidente.

Volney Colaço de Oliveira, 1º Secretário.

Estanislau Romanowski, 2º Secretário.

RESOLUÇÃO N. 124/56

A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, usando

da atribuição conferida pelo art. 11, item VI, da Lei n. 2, de 23 de julho de 1948 (Regimento Interno)

RESOLVE:

Nomear:

De acordo com o art. 13, item II, da Lei n. 198, de 18-12-1954, combinado com o art. 2º e parágrafo único, da Resolução n. 120, de 27 de novembro de 1956.

Zaný Gonzaga para exercer, efetivamente, o cargo de Assessor Técnico do Quadro do Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, com vencimentos iguais aos atribuídos aos Juizes de terceira (3ª) entrância.

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis, 29 de novembro de 1956.

A Mesa:

Paulo Konder Bornhausen, Presidente.

Volney Colaço de Oliveira, 1º Secretário.

Estanislau Romanowski, 2º Secretário.

RESOLUÇÃO N. 125/56

A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, usando da atribuição conferida pelo art. 11, item VI, da Lei n. 2, de 23 de julho de 1948 (Regimento Interno)

RESOLVE:

Expedir:

De acordo com o art. 2º, e parágrafo único da Resolução n. 120, de 27 de novembro de 1956.

A Armando Call Bulos o presente título pelo qual fica investido efetivamente, no cargo de Assessor Técnico do Quadro do Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, com vencimentos iguais aos atribuídos aos Juizes de terceira (3ª) entrância.

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis, 29 de novembro de 1956.

A Mesa:

Paulo Konder Bornhausen, Presidente.

Volney Colaço de Oliveira, 1º Secretário.

Estanislau Romanowski, 2º Secretário.

RESOLUÇÃO N. 126/56

A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, usando da atribuição conferida pelo art. 11, item VI, da Lei n. 2, de 23 de julho de 1948 (Regimento Interno)

RESOLVE:

Expedir:

De acordo com o art. 2º, e parágrafo único da Resolução n. 120, de 27 de novembro de 1956.

A José Boabaid o presente título pelo qual fica investido, efetivamente, no cargo de Assessor Técnico do Quadro do Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, com vencimentos iguais aos atribuídos aos Juizes de terceira (3ª) entrância.

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis, 29 de novembro de 1956.

A Mesa:

Paulo Konder Bornhausen, Presidente.

Volney Colaço de Oliveira, 1º Secretário.

Estanislau Romanowski, 2º Secretário.

RESOLUÇÃO N. 127/56

A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, usando da atribuição conferida pelo art. 11, item VI, da Lei n. 2, de 23 de julho de 1948 (Regimento Interno)

RESOLVE:

Expedir:

De acordo com o art. 2º, e parágrafo único da Resolução n. 120, de 27 de novembro de 1956.

A Protógenes Vieira o presente título pelo qual fica investido, efetivamente, no cargo de Assessor Técnico do Quadro do Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, com vencimentos iguais aos atribuídos aos Juizes de terceira (3ª) entrância.

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis, 29 de novembro de 1956.

A Mesa:

Paulo Konder Bornhausen, Presidente.

Volney Colaço de Oliveira, 1º Secretário.

Estanislau Romanowski, 2º Secretário.

PROJETO DE LEI N. 11-A/56

Concede auxílio aos novos Municípios.

Art. 1º — O Estado se obriga, através do Poder Executivo, a conceder um auxílio de um milhão de cruzeiros (Cr\$ 1.000.000,00) a cada um dos municípios, criados a partir de 1953.

§ 1º — A importância desse auxílio será paga independente de requerimento pela Coletoria do Município a que pertence o território.

§ 2º — O pagamento será feito trimestralmente a partir da publicação desta lei em parcelas não inferiores a duzentos e cinquenta mil cruzeiros (Cr\$ 250.000,00).

Art. 2º — O novo município assumirá, sempre em proporção correspondente à renda de que sacrificar o Município originário, a responsabilidade de parte da dívida que sobre esse pesar.

Art. 3º — O Município de origem restituirá, sempre em proporção correspondente à renda auferida, a parte do saldo verificado em 31 de dezembro do ano em que se der a criação.

Art. 4º — O Estado através do Poder Executivo, entregará, na forma prevista no § 2º do art. 1º desta lei, ao município de origem, a importância de quinhentos cruzeiros (Cr\$ 500.000,00), se a criação do novo Município houver-lhe sacrificado mais de (40%) quarenta por cento da renda.

Art. 5º — A despesa decorrente da aplicação desta lei correrá pelas verbas para esse fim consignadas nas leis orçamentárias respectivas.

Parágrafo único — Constará do próximo orçamento do Estado, a verba necessária ao pagamento dos auxílios aos municípios criados de 1953, até esta data, e os que vierem a ser criados.

Art. 6º — Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 3 de agosto de 1955.

(a) Olice Caldas.

JUSTIFICAÇÃO

Criação de Município, resulta durante certo tempo uma situação de desequilíbrio entre a unidade originária e

a consequente. A primeira tem os seus recursos debilitados pelo desfalque de grande parte de seu território e das rendas a ele inerentes. O segundo, pela inexistência de recursos em caixa, que permitam a sua imediata instalação e o custeio dos mais imprescindíveis serviços.

Essas duas condições exigem do legislador estadual providências e recursos, aqueles e estes capazes de solucionar, de começo, os aspectos, sob a dupla fisionomia.

A autonomia municipal ou é também financeira, ou não existe. Não basta deferir ao município a emancipação política, se, concomitantemente, não se lhe dá o mais íntimo emancipação econômica: Explico:

Enquanto o povo aspira legitimamente a emancipação tendo em vista aprimorar, ou no mais das vezes, simplesmente dotar o seu torrão de melhoramentos indispensáveis a uma vida a altura do que merece, resta-lhe a humilhação de esmolar dos favores (e favor é o que se faz a um, sem se ser obrigado a fazer a outrem), mendigar a liberalidade, implorar a camaradagem do Poder Central.

Como poderá esse povo, fronte erigida e sem justificados temores, praticar o ato sacrossanto e cívico do voto?

De que maneira os dirigentes municipais, que se debatem no drama de não dispôr de recursos com que solucionar os próprios problemas água, luz, calçamento etc. de que maneira poderão expender desembaraçadamente o seu ponto de vista, quando o poder central não só a tróço de adições, a tróço de decilidades, faz funcionar o boião mágico que abre as arcas do tesouro.

Representaria traíção a verdade, se assim não encaressemos a situação generalizada em todo o solo Pátrio.

Resta, portanto, aos legisladores estaduais, assegurar a autonomia completa aos municípios catarinenses, que é o nosso caso. Autonomia completa, no sentido democrático, assegurando-lhes um direito que a lei consignará. Pois que não é possível que se lhes negue um direito, e se lhes conceda um favor.

O novo município, uma vez criado, reclama sede, móveis e utensílios, funcionários e tantas outras atividades. Para isso, falta-lhes recursos, por que a arrecadação já se processou, e o produto foi recolhido aos cofres do município de origem.

O Município de origem, nem sempre permanece em condições de arcar com as suas responsabilidades totais, uma vez desfalcado de parte de seu território e reduzida, no exercício seguintes a sua possibilidade de receita. Muitos serviços de um município não indivisíveis e não comportam de momento para outro, de uma redução.

Assim, o município originário, embora, menor, com sua receita afetada para menos continua com os mesmos encargos.

Cabe ao Estado, e a Constituição disso não faz segredo, pois produto dos ideais municipalistas, consagra, em vários de seus artigos, positivas promessas de assistência aos municípios.

Cabe, pois, ao Estado amparar não só os novos municípios, criados para se expandir como aos originários, desfalcados para se fortalecer.

Apenas estas são as razões que nos ditaram, ao redigir este projeto. Como homenagem aos novos municípios catarinenses, que aí estão atuando no progresso do nosso Estado entrego este projeto à consideração dos ilustres membros desta Casa, para que o discutam e o aprovem, reafirmando, desse modo, propósitos de fortalecer e amparar a vida do interior, cuja emancipação municipal, deve ser to-

tal em todos os seus detalhes, para que não se fuja às normas de sua democracia, geradora da liberdade e do bem estar social que é a mais eficiente a aceitável forma de se combater o exodo rural, terrível praga que atormenta os administradores modernos.

É nosso dever como legisladores, atentar para o bem estar social no interior do país, sabemos do conforto que gozam os trabalhadores nos centros populosos, facilidade de aquisição da casa própria, facilidade de empréstimos, Previdência Social, hospitais; maternidade, higiene, recreação etc; voltamos ao interior; as palhoças se sucedem, as chuvas derribam as casinholas, as estradas proíbem o trânsito, o gado arranca pedaços de barrotas choupianas, as águas continuam impuras, o impaludismo campeia, a anemia destrói a tuberculose se sacia fartamente, e a fome, quase nunca se esquece de milhares de trabalhadores.

E vem então o resultado: falta de gêneros na cidade, falta de comida para os grandes, encarecem as merceadorias, surge o câmbio negro e, infelizmente sem ser o governo culpado, torna-se responsável por tais agruras.

Calculemos um município latente, no dos seus deveres e amparado pelos Governos; leis trabalhistas cumpridas, assistência social completa, amparo à lavoura, permanente e, policiamento justo e saneamento político feito com o aproveitamento das forças construtivas locais, sem a preocupação das adesões políticas partidárias, em que os administradores possam desembaraçadamente reivindicar maiores benefícios à comuna que dirige, sem mendigar à liberalidade e sem implorar a camaradagem do Poder Central. O que seria esse município, e o que não daria êle de cooperação para os problemas gerais do País.

Sala das Sessões, 3 de agosto de 1956.

(a.) Olice Caldas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

PARECER

Visa o presente projeto de Lei n. 11-A/56, de origem parlamentar, fazer o Estado obrigar-se a conceder um milhão de cruzeiros (Cr\$ 1.000.000,00) a cada um dos municípios criados a partir de 1953.

O artigo 5º do projeto dispõe: "A despesa decorrente da aplicação desta lei correrá pelas verbas para esse fim, consignadas nas leis orçamentárias respectivas."

Ora, o orçamento vigente, em plena execução não prevê quaisquer dotações que pudessem ser aplicadas no sentido deste projeto. Este, por sua vez, não consigna meios concretos à sua execução.

Por conseguinte, face à jurisprudência firmada pelo Colendo Supremo Tribunal Federal, na decisão sobre a Lei n. 22, da Assembléia Legislativa do nosso Estado, não há mais o que discutir quanto a tal matéria.

Dal porque, embora se reconheça o aspecto simpático e humano da proposição, não pode a mesma, por sua inconstitucionalidade, receber a nossa acolhida.

Sala das Comissões, 11 de setembro de 1956.

(a.) Luiz de Souza — relator.

PARECER

A maioria da Comissão de Justiça considerou o projeto constitucional. Este o ponto de vista vencedor.

S. S., em 17-9-56.

(aa.) Lenoir Vargas Ferreira, José de Miranda Ramos, Romeu Sebastião Neves, vencido. Luiz de Souza, vencido. Laerte Ramos Vieira, vencido.

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTAS DO ESTADO

PARECER

Sr. presidente,
Nos foi distribuído para relatar projeto de Lei cuja finalidade é estabelecer, para o Estado, a obrigação de dar auxílio aos novos municípios, criados a partir de 1953.

O projeto está concebido em termos um tanto confusos, conforme analisarmos.

No artigo 1º, pela forma como foi redigido, nasce a dúvida se serão atingidos apenas os municípios criados a partir de 1953, ou os que vierem a ser criados após a aprovação de Lei.

O 3º deste mesmo artigo diz que a importância desse auxílio será paga, mas não diz a quem será para; "independente de requerimento" — não nos parece acertado que um pagamento dessa natureza deixe de obedecer às normas gerais estabelecidas pelo Código de Contabilidade e se faça sem requerimento; "pela coletoria do município a que pertenceu o território? Qual Território? O autor do projeto parece adivinhar e como tal o redige.

Ainda perguntaríamos porque estabelecer, obrigatoriamente, o local ou repartição pagadora se a obrigação seria do Estado e o cumprimento se faria "através do Poder Executivo"?

O artigo 2º — do projeto pretende estabelecer normas e regulada pela própria Constituição Estadual no seu art. 98 e Parágrafo único e ainda pela Lei n. 22, de 14 de novembro de 1947, (Lei Orgânica dos Municípios) em seu art. 7º § único, bem com no art. 9º inciso V da mesma Lei.

O artigo 2º não apresentando nenhuma inovação deve ser abandonado por redundante.

O art. 3º — reza que "o município de origem restituirá" mas não diz a quem se dará a restituição"; a parte do saldo verificado" qual o saldo? Verificado como? Outra das inúmeras lacunas apresentadas.

O Art. 4º — Ainda "através do Poder Executivo" o Estado entregará ao município de origem a importância de Cr\$ 500.000,00.

Abro um parêntesis para perguntar: E quando os municípios de origem forem mais de um? Qual receberá? Quanto receberá?

Continuando: "se a criação do novo município houver-lhe sacrificado mais 40% da renda". Qual renda? Total? Municipal? De qual município?

Artigo 5º — "A despesa decorrente da aplicação desta Lei correrá pelas verbas para esse fim consignadas nas leis orçamentárias respectivas".

Preciso. Leis orçamentárias respectivas. Respostas por que? Quais leis orçamentárias? Que verba? O orçamento para o corrente exercício não consigna nenhuma dotação para o fim almejado.

Alis o assunto já foi apreciado no douto parecer do sr. deputado Luiz de Souza, na Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, parecer que se transformou em "voto vencido" pelo argumento simplista da "maioria considerou constitucional".

O art. 5º — está acompanhado por um § único que determinando "constará do próximo orçamento do Estado a verba necessária ao pagamento dos auxílios aos municípios criados de 1953, até esta data, e os que vierem a ser criados".

Que financista mágico o que se encaregará de elaborar o próximo orçamento para os municípios que, posteriormente forem criados?

Art. 6º — "Aqui termina o projeto. O artigo é o de praxe "Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário".

Entretanto, a Lei retroage nos seus efeitos a avanço seus limites.

A Justificação, sr. Presidente e doutos membros desta Comissão, é mais longa que o projeto. Porisso mesmo provaria uma apreciação mais demorada, cansativa e improficua. Abandonemo-la.

Srs. Financistas: Qual a despesa que acarretará o projeto aos cofres do Estado? Nenhum de vós me poderá responder, pois que primeiro precisaríamos redigir novamente o projeto em termos tais que as dúvidas fossem afastadas.

Quais os recursos previstos para a cobertura dessas despesas? Exigência indispensável do art. 38 da Constituição Estadual, tantas vezes, citado, aqui mais uma vez, desobedecido. Ilegalidade insanável.

Qual a justificativa dessa despesa para o Estado?

Os municípios, novos ou os remanescentes só podem ser criados ou sofrerem o desligamento, se tiverem ou conservarem, respectivamente, as condições de existência (art. 98 da Constituição Estadual — art. 7º, da Lei Orgânica.)

Porque se deseja dar auxílios aos municípios novos em prejuízo dos velhos cujas necessidades, por vezes, são até maiores.

Quais as razões que determinariam o privilégio?

Nem como incentivo a emancipação administrativa, tal se justifica. O projeto data vênica, é uma aberração. Por ser ilegal, inconstitucional e sem finalidade de caráter administrativo, deve ser rejeitado.

É o nosso parecer.

Sala das Comissões em 8 de outubro de 1956.

(a.) Laerte Ramos Vieira, relator.

EMENDA AO PROJETO DE LEI N. 11-A/56

a) Ao artigo 1º, que passará a ter a seguinte redação:

"O Estado se obriga, através do Poder Executivo, a conceder um auxílio de hum milhão de Cruzeiros (Cr\$ 1.000.000,00), a cada, dos municípios criados a partir de 1956".

b) Ao parágrafo único, do art. 5º, que passará a ter o seguinte teor: "Constará do próximo orçamento do Estado, a verba necessária ao pagamento dos auxílios aos municípios criados a partir do ano de 1956".

S. S., em 15-10-56.

(a.) Braz Joaquim Alves.

Encerrada a 1ª discussão.

Retirado de Ordem do Dia, em virtude de emenda.

Volte à Comissão de Justiça.

15-10-56.

(a.) Volney Colaço de Oliveira.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

PARECER

Para relatar temos em mão a emenda ao projeto de lei, de origem parlamentar, n. 11-A/56 emenda esta de autoria do deputado Braz Alves.

A emenda é legal e constitucional. S. das Comissões, em 18-10-56.

(a.) Osni Régis.

Aprovado por maioria.

Sala das Comissões, 18 de 10 de 1956.

(aa.) José de Miranda Ramos, presidente da Comissão, Romeu Sebastião Neves, vencido, Tupy Barreto, vencido, Estivaldo Pires, Luiz de Souza, vencido, Geraldo Günther, vencido, Orlando Bértoli, Antônio Gomes de Almeida. Rejeitado o projeto e emendas.

Arquive-se.

23-10-56.

(a.) Volney Colaço de Oliveira.